

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

MARGARIDA MARIA MUSSA TAVARES GOMES

INCLUSÃO DIGITAL EM CAMPOS:
Um olhar sobre o Informática Cidadã e o Navegar é Preciso

Campos dos Goytacazes
2004

MARGARIDA MARIA MUSSA TAVARES GOMES

INCLUSÃO DIGITAL EM CAMPOS: um olhar sobre o Informática Cidadã e o Navegar é Preciso

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

Orientador: Prof^a Dr^a PATRÍCIA SILVEIRA DE FARIAS

Campos dos Goytacazes, RJ.

Junho – 2004

MARGARIDA MARIA MUSSA TAVARES GOMES

INCLUSÃO DIGITAL EM CAMPOS:
Um olhar sobre o Informática Cidadã e o Navegar é Preciso

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Patrícia Silveira de Farias
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Isabel Siqueira Travancas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rogério Atem de Carvalho
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Campos dos Goytacazes, RJ
2004

A Hélio, entre incontáveis razões, pela presença, pelo apoio e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

A todos os que caminharam comigo e contribuíram na construção deste trabalho, de diversos modos e em diferentes aspectos.

A todos os que facilitaram as etapas da investigação.

Aos professores do programa, aos colegas de turma.

Aos colegas da coordenação do Curso Técnico de Meio Ambiente – CEFET Campos, pela colaboração nesses dois anos de afastamento parcial.

Sou grata a todos, e em especial a:

Patrícia Farias, professora e orientadora, pelas leituras atentas e sugestões precisas, que me fizeram caminhar com segurança.

Rosélia Piquet, coordenadora do programa, pelo incentivo e torcida.

Carlos Alexandre, professor e amigo, pela contribuição nos primeiros passos da caminhada.

Dayse, Inês e Martha, pela amizade, cumplicidade e parceria em todos os momentos.

Carlos, Flávio, Luís e Celso, meus irmãos, por estarem por perto, sempre.

Clóvis e Hilda, pai e mãe, por tudo.

Ivan e Vítor, meus filhos, pelo carinho, pela presença e ausência. Por me surpreenderem, a cada dia, com aceitação.

“Dir-se-á, então, que o computador reduz – tendencialmente – o efeito da pretensa lei segundo a qual a inovação técnica conduz paralelamente a uma concentração econômica. Os novos instrumentos, pela sua própria natureza, abrem possibilidades para sua disseminação no corpo social, superando as clivagens socioeconômicas preexistentes”. (Santos, 2003, p.64)

RESUMO

O debate em torno das modificações trazidas pelas novas tecnologias tem mostrado que o conhecimento é, cada vez mais, apontado como fator determinante para o estabelecimento ou superação de desigualdades, de agregação ou dissolução de valor, de criação ou eliminação de empregos, de propagação ou concentração de bem-estar. Apesar disso, o ingresso na Sociedade da Informação é uma realidade distante da maioria da população mundial. O objeto central desta pesquisa é a chamada exclusão digital, ou seja, “a distribuição desigual entre os países – e no interior de cada sociedade – dos recursos associados às tecnologias da informação e comunicação” (SORJ, 2003, p. 13). Com o objetivo de debater o conceito de inclusão digital e possíveis modos de efetivá-la, são examinadas, neste trabalho, duas experiências de inclusão digital em Campos dos Goytacazes: o Projeto Informática Cidadã e o Navegar é Preciso. Para tanto, além de revisão bibliográfica, foram utilizadas também, como recursos metodológicos, entrevistas com os formuladores dos projetos, usuários e instrutores.

ABSTRACT

The debate concerning changes brought by new technologies has shown that knowledge has been more and more pointed out as a determinative factor for inequality establishment or overcoming of values aggregation or surpass, job creation or elimination, well-being dissemination or concentration. Despite of this, the Information Society admission is a far reality for most of the world population. The main target of this research is the so-called digital exclusion, i.e. "the unequal distribution among countries and in each inner society of resources linked to information and communication technologies" (SORJ, 2003, p.13). With the aim of discussing the idea of digital inclusion and possible ways of making it work , two experiments in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro State , Brazil, are examined : CITIZEN INFORMATICS PROJECT (Projeto Informática Cidadã) and SURFING IS NEEDED PROJECT (Projeto Navegar é Preciso). To do it, besides bibliographic reviews, interviews with those projects designers and tutors were also used as research resource.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p.10

1 O ADVENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, p. 16

- 1.1 O COMEÇO DO CAMINHO, p. 17
- 1.2 TEMPO, ESPAÇO E “DESENCAIXE”, p. 21
- 1.3 INFORMAÇÃO E PODER, p. 23
- 1.4 PERCORRENDO DIÁLOGOS TEÓRICOS, p. 25

2 DESIGUALDADE.COM, p. 31

- 2.1 A SOCIEDADE DO [DES]CONHECIMENTO, p. 32
- 2.2 AS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL, p. 35
- 2.3 PANORAMA DA EXCLUSÃO DIGITAL, p. 38
 - 2.3.1 O MAPA DA EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL, p. 41
 - 2.3.2 A EXCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, p. 48
- 2.4. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL, p. 51

3 SEM MEDO DE [O]USAR: EXPERIÊNCIAS CONCRETAS, p. 58

- 3.1 UM OLHAR COMPARATIVO: DUAS INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL EM CAMPOS, p. 58
 - 3.1.1 O PROJETO INFORMÁTICA CIDADÃ, p. 58
 - 3.1.2 O NAVEGAR É PRECISO, p. 65
- 3.2 REVENDO CAMINHOS, p. 69
- 3.3 REDISCUTINDO A INCLUSÃO DIGITAL, p. 73
- 3.4 ONDE O *SOFTWARE* LIVRE ENTRA NISSO? p. 75

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO, p. 79

- 4.1 O TERCEIRO SETOR, p. 85
 - 4.1.1 AS ONGS NA AMÉRICA LATINA, p. 87
 - 4.1.2 AS ONGS NO BRASIL, p. 89
 - 4.1.3 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, p. 91
- 4.2 UM OLHAR CONCLUSIVO, p. 93

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 98

6 ANEXOS, p. 101

- 6.1 ENTREVISTAS, p. 101
- 6.2. QUESTIONÁRIOS, p. 113

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e informação tem exercido profundas transformações na sociedade, permitindo o rompimento de barreiras geográficas, diminuindo distâncias e facilitando a circulação da informação e do conhecimento¹.

O espaço geográfico hoje é constituído por ciência, técnica e informação, resultando numa nova dinâmica territorial. Isto significa que, até pouco tempo, a superfície do planeta era dividida em regiões que correspondiam, de modo geral, à base da vida econômica, cultural e até mesmo política. Hoje, com o avanço tecnológico, a esse território se sobrepõe um território de redes, que num primeiro momento dá a impressão de ser uma realidade virtual. Mas as redes são realidades concretas, formadas por pontos interligados que tendem a se espalhar por toda a superfície da Terra, ainda que com desigual densidade.

O debate em torno das modificações trazidas pelas novas tecnologias tem mostrado que o conhecimento é, cada vez mais, apontado como fator determinante para o estabelecimento ou superação de desigualdades, de agregação ou dissolução de valor, de criação ou eliminação de empregos, de propagação ou concentração de bem-estar.

Apesar disso, o ingresso na Sociedade da Informação é uma realidade distante da maioria da população mundial. Reconhecer que o conhecimento acumulado pertence a toda a humanidade e deve ser compartilhado pela sociedade como um

¹ Conhecimento tratado, neste trabalho, como forma de elucidação da realidade, que decorre de um esforço de investigação para descobrir aquilo que está oculto, que não está compreendido ainda.

todo, é admitir que todos devem ter acesso e devem ter a possibilidade de adquirir as competências e conhecimentos indispensáveis para compreender, participar ativamente e se beneficiar das oportunidades oferecidas pelas tecnologias da comunicação e informação.

A escolha desse tema tem relação direta com as experiências e projetos por mim vivenciados ao longo dos últimos anos. Minha trajetória pessoal e profissional instigou-me a procurar identificar espaços em que se pode atuar trazendo para o mundo real dos “desplugados” os benefícios que o mundo virtual pode oferecer. Através de um projeto de extensão realizado na então Escola Técnica Federal de Campos, o Projeto João de Barro², tive oportunidade de lidar com dez meninos com experiência de rua que estavam abrigados na Casalar³.

O trabalho com os meninos da Casalar começou em 1995, através da aproximação entre Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMPDCA) e a Escola Técnica que, na época, buscava aprofundar suas atividades de extensão no sentido de resgatar a cidadania das populações de baixa renda e de risco. A socióloga Eunice Senna, na época integrante do Conselho Tutelar, entrou em contato com o grupo do Projeto João de Barro. Uma nova frente de trabalho se abria: elaborar o projeto de construção de dez moradias para as famílias dos meninos assistidos pela Casalar. Além de elaborar os projetos, os professores do João de Barro iriam ministrar um curso – o Mini-Construtor – que contaria com a participação, também, dos estagiários do Curso de Edificações da Escola Técnica. As aulas começaram. Os meninos iam à Escola duas vezes por semana. Com autorização do então diretor da Escola, Roberto Moraes, e do Diretor de Apoio e Extensão, Hélio Gomes Filho, os meninos passaram a freqüentar as aulas usando o mesmo uniforme dos alunos. Tinham, também, carteira de estudante e com isso se sentiam “iguais”, como eles diziam na época.

As aulas práticas de construção aconteciam no Canteiro de Obras da Escola, onde os meninos aprendiam a assentar tijolos, dobrar ferro, cortar madeira.

² Projeto de extensão comunitária, realizado por professores do CEFET Campos no período de 1994 a 1997 que tinha o objetivo de propor melhorias habitacionais para os moradores do Loteamento Terra Prometida, em Campos, realizando projetos de reforma e/ou acréscimo e proporcionando cursos de auto-construção para viabilizar a execução desses projetos.

³ A Casalar é uma entidade mantida pela Prefeitura Municipal de Campos e por uma ONG evangélica, a Associação Ministério Pastos Verdejantes (AMPAV), que abriga meninos em situação de rua e procura reintegrá-los à família.

Apareceram, então, as primeiras dificuldades: o manuseio da régua, medições, cálculo de áreas – conhecimentos essenciais para quem vai construir. Surgiu, nesse momento, a idéia de utilizar *softwares* educativos para que eles pudessem aprender - com mais motivação – as operações matemáticas básicas. Nesse ponto a “história” dá uma virada: o contato desses meninos com o computador foi fundamental para provocar o interesse deles em aprender a medir, desenhar, construir. Logo depois, quiseram também aprender inglês. E o curso de mini-construtor ganhou uma nova “matriz curricular”.

Ficou claro, para o grupo de professores, que a informática agiu como instrumento motivador e facilitador da aprendizagem, aumentando a auto-estima dos meninos. Ficou claro, também, que é possível trabalhar a favor da apropriação da tecnologia da informação por grupos sociais desfavorecidos. Minha ligação com o tema desta pesquisa começou aí e não parou mais.

O trabalho com os meninos fomentou a criação de um Núcleo de Trabalho Social na então Escola Técnica Federal de Campos. Esse núcleo tinha o objetivo de sistematizar os cursos de extensão comunitária que a Escola começava a oferecer para as comunidades de baixa renda de Campos. Essa foi uma época de muito trabalho e muitas interrogações, pois a equipe que planejava os cursos era a mesma que colocava a “mão na massa”⁴.

Em novembro de 2000, como integrante da Cidade 215, comecei, com outras três professoras, a montar a estrutura do curso de formação de multiplicadores para o Projeto Informática Cidadã e em dezembro começamos a dar as aulas para os moradores da Aldeia.

De modo geral, o objeto central desta pesquisa, é a chamada exclusão digital, ou seja, “a distribuição desigual entre os países – e no interior de cada sociedade – dos recursos associados às tecnologias da informação e comunicação” (SORJ, 2003, p. 13). O objetivo principal é compreender e discutir a importância do computador e da Internet para as camadas desfavorecidas da população, examinando o conceito de inclusão digital e investigando formas possíveis de realizá-la.

⁴ Essa equipe era formada pelos professores: Dayse Codeço Wagner, José Luis Maciel Puglia, Luciane Duarte Tavares, Margarida Mussa Tavares Gomes, Maria Inês Lemos Motta e Martha Mignot Cordeiro.

⁵ Organização não governamental com sede em Campos dos Goytacazes, voltada para as questões ligadas ao desenvolvimento regional.

Há quem sustente o argumento de que o problema da exclusão digital é irrelevante num país como o Brasil, já que as novas tecnologias são “luxo” de uma sociedade consumista e que a desigualdade deve ser combatida no *locus* clássico das carências de habitação, saúde, educação e emprego. Este trabalho discorda de tal ponto de vista, acreditando que a apropriação das novas tecnologias é, hoje, uma das condições essenciais de integração na vida social. A capacidade de desenvolvimento social, cultural e econômico de uma sociedade passa pelo grau de informação e conhecimento disseminados nela. Nesse sentido, as políticas de inclusão digital se constituem num passo importante e decisivo na direção de uma sociedade mais justa e que promova a igualdade de oportunidades. Uma sociedade onde as novas tecnologias da comunicação e informação sejam um instrumento de ampliação da cidadania.

Esta pesquisa está organizada em quatro capítulos que se estruturam entre si, representando um esforço para examinar dois modos de enfrentamento da exclusão digital em Campos dos Goytacazes – um adotado por uma organização da sociedade civil e outro, pelo poder público municipal.

No capítulo 1, procuro apresentar o caminho percorrido pela informação até os nossos dias, levando a análise para um plano histórico. Exploro as principais transformações associadas ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação, enfatizando a questão do reordenamento do tempo e do espaço e realizando um mapeamento teórico do debate em torno das conseqüências sociais do surgimento da Internet.

A “nova” desigualdade é o assunto do capítulo 2, onde reflito sobre o aparecimento de um outro tipo de exclusão - a exclusão digital. Argumento que as inovações tecnológicas, num primeiro momento, reforçam a desigualdade social, pois atingem em primeiro lugar as camadas de maior renda. Só depois, através da massificação, disseminam-se entre a classe média, demorando a alcançar os segmentos sociais mais desfavorecidos. Em relação à Internet, está comprovado que seus benefícios não atingem a todas as camadas da população, cristalizando novas formas de desigualdade. Apresento ainda, neste capítulo, um panorama da exclusão digital no mundo e no Brasil.

No capítulo 3, procuro relatar algumas experiências de inclusão digital que buscam a inserção de parcelas desfavorecidas da população no que se costuma chamar de sociedade da informação. Particularmente são analisadas, neste capítulo, duas iniciativas de inclusão digital realizadas em Campos: o Projeto Informática Cidadã e o Navegar é Preciso. Abordo, ainda, a importância da adoção do *software* livre nos projetos de inclusão digital como forma de combater o monopólio dos programas proprietários - programas onde o proprietário detém os direitos sobre seu uso, ou seja, programas pelos quais temos que pagar para ter direito de usá-los.

No capítulo 4, exploro alguns pontos chave para a construção de uma sociedade da informação inclusiva. Faço, ainda, considerações sobre o público e o privado, alinhando questões de caráter mais normativo sobre o papel das instituições da sociedade civil e do poder público no que se refere à inclusão digital.

A bibliografia analisada para esta pesquisa foi reunida durante um longo período de estudos. Não se pode deixar de destacar que a exclusão digital é um tema recente, a respeito do qual ainda há poucos estudos e pesquisas.

O trabalho de campo foi realizado ao longo do último ano. Nas primeiras visitas às unidades do Navegar é Preciso, adotei a técnica da observação participante – fundamental para perceber a dinâmica de funcionamento do projeto. Foram aplicados, em visitas subsequentes, cinquenta questionários, na tentativa de mapear o perfil dos usuários e dos instrutores. Lancei mão, ainda, de um instrumento extremamente importante – um questionário aplicado aos alunos-multiplicadores no início das aulas do Projeto Informática Cidadã e alguns depoimentos coletados durante o período de convivência com eles. Tais depoimentos são um registro riquíssimo dos sentimentos desses alunos e revelam suas expectativas e suas transformações diante do contato com o mundo digital. Foi central também para este estudo ouvir e registrar as reflexões das pessoas envolvidas na formulação dos dois projetos – o Informática Cidadã e o Navegar é Preciso. A íntegra desses depoimentos foi incorporada aos Anexos da dissertação, já que são o principal relato sobre a origem e objetivos dos projetos.

As tecnologias da comunicação e informação não são, por si só, uma resposta para todos os problemas sociais e econômicos, mas oferecem ferramentas capazes de

diminuir o “hiato” que vem se formando entre os que têm acesso e os que não têm, entre o *Brasil ponto com* e o Brasil excluído do mundo da tecnologia.

Conta-se que uma tribo indígena norte-americana tinha, entre seus membros, excelentes ceramistas. Os mais velhos – os mestres - passavam seu conhecimento sobre cerâmicas para os mais novos, que a seu tempo também se tornavam mestres. Quando um mestre sentia que seus dias produtivos estavam no fim, chamava um aprendiz e lhe entregava seu melhor pote, sua obra-mestra. O aprendiz recebia este pote com profunda reverência e imediatamente o estilhaçava, até que só restasse pó. Esse pó era então recolhido e misturado ao seu barro – ao primeiro barro que ele amassaria como mestre – e iniciava a confecção de seus potes cerâmicos. Acreditava-se que se o pote do mestre fosse guardado e reverenciado, não teria utilidade. Porém, se fosse moído no barro da práxis, haveria, de fato, a incorporação da reflexão e da experiência anterior.

Esta parábola sobre aprendizado e conhecimento ilustra o caminho percorrido por mim neste trabalho: “quebrar” e “moer” as peças da bibliografia e dos depoimentos colhidos ao longo da pesquisa e “amassá-las” junto ao barro da instigante experiência de inserir no ambiente privilegiado de discussão de planejamento urbano e regional a questão da exclusão digital.

1 O ADVENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Antes mundo era pequeno
Porque Terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque Terra é pequena
Do tamanho da antena parabólicamará.
[...]
GIL, Gilberto. “Parabólicamará”.

As distâncias parecem mais curtas. O espaço parece “desmaterializar-se”. Os quatro cantos do planeta ao alcance do *mouse*. Reviravoltas do tempo e do espaço. A virtualização crescente de vários aspectos da vida humana. O mundo cada vez mais permeado de formas mediadas de comunicação e informação. Novas linguagens. Novas relações com o saber. Novos espaços sociais. Novas solidariedades. Novas desigualdades. Novos excluídos. Novas formas de participação, de democracia, de negociação, de solidariedade. Novas formas de afetividade, de sociabilidade. O mundo, depois de milênios de anos de vida estruturada na territorialidade, se “desterritorializa”. Nos dias atuais,

[...] o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distantes que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p. 27)

Desde quando?

1.1 O COMEÇO DO CAMINHO

Em todas as sociedades os indivíduos produzem e trocam informações e conteúdo simbólico. É através da comunicação que os indivíduos estabelecem e renovam relações uns com os outros, construindo fenômenos sociais. Assim, a vida social pode ser pensada a partir do desenvolvimento da capacidade de trocar, registrar e difundir tais informações.

Na pré-história, ao utilizar a pedra lascada, o homem comunica, interage com a técnica, transforma-se, gera transformação e cria cultura. Com o passar do tempo, aprimoram-se as trocas, complexificam-se as relações e os símbolos e sinais passam a regular os primeiros núcleos sociais. Mais tarde, nas sociedades orais, a experiência começa a ser passada entre gerações - a roda não mais precisaria ser reinventada – e a memória é valorizada e considerada essencial para registrar os fatos e preservar identidades.

Ao longo da história da humanidade, a grande maioria das interações foi face a face: os indivíduos se relacionavam dentro de um ambiente físico compartilhado. As mensagens eram recebidas no tempo e lugar em que eram emitidas, num contexto de co-presença. Esses limites são ultrapassados com o advento da escrita, que estabeleceu um tipo de comunicação desconhecido pelas sociedades orais, tornando possível a transmissão de informação e conteúdo simbólico entre pessoas situadas remotamente no espaço, no tempo, ou em ambos.

O papel, os caracteres móveis para impressão manual e a impressão mecânica contribuíram para o registro da história humana e para que o conhecimento se tornasse acessível a um número maior de pessoas. Conforme relata Bill Gates, a invenção do tipo móvel

[...] mudou a cultura ocidental para sempre. Gutenberg levou dois anos para compor os tipos de sua primeira Bíblia, mas, uma vez feito isso, teve condições de imprimir múltiplos exemplares. Antes de Gutenberg, todos os livros eram copiados à mão. Os monges, que em geral eram os encarregados de copiar a Bíblia, raramente conseguiam fazer mais de uma cópia por ano. A prensa de Gutenberg era, em comparação, uma impressora a laser de alta velocidade. (GATES, 1995, p. 19)

Assim, a impressão foi, durante muito tempo, o principal modo de armazenamento e disseminação das idéias. A palavra impressa permitiu que as pessoas pudessem ultrapassar as fronteiras de sua aldeia, e despertou seu interesse pelo que acontecia em outras partes do mundo. Começaram a surgir gráficas pelas cidades comerciais que, aos poucos, iam se transformando em centros de intercâmbio intelectual. A alfabetização passou a ser uma habilidade importante, revolucionando o ensino e transformando as estruturas sociais.

Antes de Gutenberg, havia apenas uns 30 mil livros em todo continente europeu, a maioria Bíblias ou comentários bíblicos. Por volta de 1500, havia mais de 9 milhões de livros, sobre tudo quanto é assunto. Panfletos e outros materiais impressos afetaram a política, a religião, a ciência e a literatura. Pela primeira vez, quem se achava fora da elite eclesiástica teve acesso à informação escrita. (GATES, 1995, p. 20)

O ser humano continuou a buscar formas de comunicação que o aproximassem de outras culturas. No início do século XX surge, então, o rádio como um novo marco na história das comunicações, com possibilidades de maior alcance e mais rapidez que qualquer outra mídia. Na década de 70 popularizou-se a televisão, permitindo que além do som, a imagem também pudesse viajar pelo espaço. A oralidade passa, assim, a dividir espaço com a comunicação da imagem, do símbolo e do movimento.

Os outros meios de comunicação não desapareceram, “mas foram reestruturados e reorganizados em um sistema cujo coração compunha-se de válvulas eletrônicas e cuja fachada era uma tela de televisão” (CASTELLS, 1999, p. 355). O que se pode afirmar é que os meios de comunicação se transformam e evoluem sem que haja a simples substituição de uma técnica por outra.

O sonho de diminuir a barreira da distância e do tempo fez com que o ser humano continuasse tentando aperfeiçoar os meios de que dispunha. O desenvolvimento dos meios de comunicação contribuiu, dessa forma, para o aparecimento de novas formas de interação.

Uma série de inovações tecnológicas ampliou o alcance da ação humana no espaço e no tempo. A primeira Revolução Industrial, desencadeada no final do século XVIII, foi assinalada pelo aparecimento da máquina a vapor - a fiadeira - que

substitui a força física do homem pela energia das máquinas. A segunda, aproximadamente cem anos mais tarde, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, dos motores de combustão interna e pelo início das tecnologias de comunicação, como o telégrafo e o telefone. Para Adam Schaff (1995), a terceira revolução industrial tem como fundamento a ampliação das capacidades intelectuais do ser humano e pode ser compreendida como representando a confluência de três revoluções tecno-científicas concomitantes: a da microeletrônica, a da microbiologia e a energética. Para ele, são essas as condições iniciais a partir das quais se dá todo um conjunto de mudanças na esfera social, econômica e cultural da sociedade.

Foi durante a Segunda Guerra e no período subsequente que se deram as principais inovações tecnológicas em eletrônica: a descoberta do primeiro computador programável e do transistor¹, essência da Revolução Tecnológica da Informação no século XX.

Com a invenção do microprocessador², a capacidade de processar informação pode ser instalada em todos os lugares e provoca o extraordinário avanço na difusão da microeletrônica em todas as máquinas. Nas palavras de Manuel Castells, “o advento do microprocessador em 1971, com a capacidade de incluir um computador em um *chip*, pôs o mundo da eletrônica e, sem dúvida, o próprio mundo, de pernas para o ar”. (CASTELLS, 1999, p. 61)

Em 1975, construiu-se uma “caixa de computação” que era, efetivamente, um objeto primitivo, mas fabricada como um computador de pequena escala com um microprocessador. Essa máquina foi base para o design do Apple, primeiro microcomputador de bom êxito comercial.

Aos avanços da microeletrônica, devem ser somados os grandes saltos na evolução da capacidade de formação de redes – sistemas baseados na interconexão de computadores, terminais e equipamentos periféricos através de linhas de comunicação. Desse modo, a partir de meados da década de 80, não se concebia mais que os microcomputadores atuassem isoladamente: eles passam a atuar em rede e a

¹ O transistor, inventado em 1947 pelos físicos Bardeen, Brattain e Shockley, tornou possível a criação de dispositivos chamados semicondutores, comumente chamados de *chips*. O passo decisivo da microeletrônica foi dado em 1957, com a invenção do circuito integrado por Jack Kilby em parceria com Bob Noyce. Essa descoberta impulsionou uma verdadeira explosão tecnológica.

² O microprocessador, criado pelo engenheiro da empresa Intel, Ted Hoff, em 1971 é, na verdade, um computador cujos circuitos são fabricados num único *chip*.

ter mobilidade cada vez maior. Essa versatilidade associada ao desenvolvimento das redes mudou decisivamente a era dos computadores nos anos 90. Não foi apenas todo o sistema de tecnologia que mudou,

[...] mas também suas interações sociais e organizacionais. Assim, o custo médio do processamento da informação caiu de aproximadamente US\$ 75 por cada milhão de operações, em 1960, para menos de um centésimo de centavo de dólar em 1990. (CASTELLS, 1999, p. 62)

O avanço das telecomunicações e das tecnologias de integração dos computadores em rede aliado ao aumento da capacidade das linhas de transmissão formam, assim, a base da chamada Infovia da década de 90.

Pierre Lévy, filósofo francês, em seus estudos sobre as modificações sofridas pela civilização contemporânea afirma que, do ponto de vista epistemológico, a humanidade desenvolveu quatro tipos de relação com o conhecimento. Antes da escrita, o saber prático, mítico e ritualístico, próprio das sociedades fechadas, era personificado pela comunidade viva - quando um velho morria, era como se uma biblioteca fosse queimada.

O surgimento da escrita faz com que o saber passe a ser confiado ao livro, como a Bíblia, o Corão, os textos sagrados, os clássicos. O livro continha tudo, mas de forma enigmática. Precisava ser interpretado, decifrado e o intérprete é quem detém o conhecimento. Com o advento da imprensa, “um terceiro tipo de conhecimento foi assombrado pela figura do sábio, do cientista. Nesse caso, o saber não é mais transmitido pelo livro, mas pela biblioteca” (LÉVY, 1999, p. 164). Com o tipo móvel e a prensa, o ourives alemão Gutenberg abriu as portas do conhecimento para uma quantidade até então impensável de pessoas.

Hoje, a possibilidade de desterritorialização da biblioteca estabelece um quarto tipo de relação com o conhecimento, como se estivéssemos voltando às origens, onde

[...] o saber poderia ser novamente transmitido pelas coletividades humanas vivas, e não mais por suportes separados fornecidos por intérpretes ou sábios. Apenas, dessa vez, contrariamente à oralidade arcaica, o portador direto do saber não seria mais a comunidade física e sua memória carnal, mas o *ciberespaço*, a região dos mundos virtuais, por meio do qual as comunidades descobrem e conhecem a si mesmas como coletivos inteligentes. (LÉVY, 1999, p. 164)

1.2 TEMPO, ESPAÇO E “DESENCAIXE”

O desenvolvimento dos meios de comunicação instituiu novas formas de ação, onde a interação se dissocia do ambiente físico, permitindo que os indivíduos dirijam suas ações para outros, dispersos no espaço e no tempo. Assim, nos dias atuais, vem se consolidando, no senso comum, a percepção de que há um encolhimento das distâncias e um encurtamento do tempo, tornando o mundo menor.

No feudalismo europeu, os mundos eram relativamente isolados e o lugar assumia um “sentido legal, político e social definido, indicativo de uma autonomia relativa das relações sociais e da comunidade dentro de fronteiras territoriais fixadas aproximadamente” (HARVEY, 2001, p. 219). Antes do início das Grandes Navegações, o conhecimento do mundo era limitado, praticamente se restringindo ao lugar. Cada povo tinha seu mundo singular e o representava de forma particular. As viagens de descoberta ocasionaram um admirável fluxo de conhecimento acerca do mundo e esse conhecimento passou a estar vinculado com a acumulação de riqueza, de poder e de capital³.

Os avanços tecnológicos têm permitido aos indivíduos das sociedades modernas um distanciamento progressivo de suas referências de tempo e espaço.

O espaço, na experiência humana, é determinado pelo curto alcance dos sentidos, que exige que o indivíduo tenha que deslocar-se para entrar em contato com outro indivíduo ou local. A velocidade do deslocamento leva a associar o sentido de tempo com o da distância. Mecanismos para transmitir a informação (por exemplo, tambores, sinais de fumaça, correio, telégrafo, telefone, televisão) foram engenhos construídos pelo homem para transmitir informação sem necessidade de deslocamento, redimensionando as relações entre tempo e distância. (SORJ, 2003, p. 39)

Ao analisar as conseqüências da modernidade no final do século XX, Giddens apresenta um importante conceito – o conceito de desencaixe. Com as novas tecnologias, surgem outras formas de contato interpessoal, e o tempo tem deixado, cada vez mais, de se relacionar com a experiência prática da vida do homem em determinado lugar. O desencaixe seria, então, “o ‘deslocamento’ das relações sociais

³ O saber geográfico tornou-se uma mercadoria valiosa e o conhecimento do mundo começou a ser absorvido e representado através de mapas rudimentares. David Harvey (2001, p. 207) considera o cronômetro e o mapa como sendo descobertas revolucionárias da modernidade, visto que ambos representam a marcação que o homem impõe ao seu ambiente, implicando uma nova configuração de poder.

de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 29). Os usos e significados do espaço e do tempo mudaram e

[...] temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural. (HARVEY, 2001, p. 257)

A expressão “compressão tempo-espaço”, cunhada por David Harvey, se refere às mudanças causadas pela aceleração da produção na transição do fordismo para a acumulação flexível, que se fez por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas. A noção de tempo-duração vem sendo, desde então, substituída pela noção de tempo-velocidade. O tempo das novas tecnologias é marcado pela presentificação, pela interatividade.

Nesse contexto de inovações tecnológicas, os processos comunicacionais estão sendo gradativamente reconfigurados, delineando um novo ambiente de “convivência”. Esse novo ambiente, que designamos de ciberespaço⁴, é um dos processos contemporâneos de desençaixe promovido pela telemática.

Dentro deste espaço de convivências, constata-se que as pessoas freqüentemente iniciam relações, formam grupamentos, criam ligações fortes em intensidades por vezes bastante significativas. A particularidade deste espaço está centrada no fato de possibilitar ao navegante a exploração de novos aspectos existenciais, cognitivos e experienciais a partir de um ambiente desterritorializado. (RIBEIRO, 2001, p. 140)

A comunicação reticular sustentada nas redes e serviços telemáticos gerou a criação de um novo espaço público, que forma uma nova “teia” de sociabilidade. Nestes novos espaços sociais geram-se novas solidariedades e também novos excluídos. Nesse sentido, a Internet pode representar um espaço para a intervenção criativa no desenvolvimento social, pois o potencial que as novas tecnologias têm de

⁴ Termo cunhado por William Gibson no seu romance *Neuromancer*. Pierre Lévy define ciberespaço como sendo o “novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”. (LÉVY, 1999. p. 17)

aprofundar a desigualdade coexiste com a possibilidade de se tornarem uma ferramenta de combate à pobreza.

1.3 INFORMAÇÃO E PODER

A revolução da microeletrônica e as mudanças tecnológico-industriais a ela associadas provocaram, também, modificações nas relações sociais e representam um aspecto importante da atual revolução técnico-científica.

A humanidade, como produtora coletiva, abrange o trabalho e os organizadores da produção. O produto do trabalho é usado pela sociedade nas formas de consumo e excedente. As estruturas sociais exercem interação com os processos produtivos e determinam as regras para apropriação, distribuição e uso desse excedente.

Os modos de desenvolvimento constituem os métodos através dos quais o trabalhador atua na matéria para gerar o produto, definindo a qualidade do excedente. Desse modo, no modo agrário de desenvolvimento, “a fonte do incremento de excedente resulta dos aumentos quantitativos da mão-de-obra e dos recursos naturais (em particular a terra) no processo produtivo” (CASTELLS, 1999, p. 35). A principal fonte de produtividade no modo de desenvolvimento industrial consiste na introdução de novas fontes de energia e descentralização do uso de energia junto aos processos produtivo e de circulação. No atual modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade se encontra na geração de conhecimentos e no processamento da informação.

Embora conhecimento e informação sejam fundamentais em todos os modos de desenvolvimento, o que é exclusivo ao modo informacional é que a própria informação é produto do processo produtivo. Nas palavras de Castells, “os produtos das novas indústrias de tecnologia da informação são dispositivos de processamento da informação ou o próprio processamento da informação” (CASTELLS, 1999, p. 87). Assim, na nova sociedade, o conhecimento se torna essencial para aumentar a produtividade e a competição global. Segundo relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) o conhecimento gerou, em 1998, cerca de 55% da riqueza mundial. Os restantes 45% estavam relacionados aos

fatores tradicionais de produção: terra, capital, matéria prima, energia e trabalho. Pela primeira vez o conhecimento supera os fatores tradicionais de produção no processo de geração da riqueza.

Na verdade, a economia do conhecimento desloca o eixo da riqueza e do desenvolvimento de setores industriais tradicionais – intensivos em mão-de-obra, matéria-prima e capital - para setores cujos produtos, processos e serviços são intensivos em tecnologia e conhecimento.⁵

Alguns países parecem estar melhor preparados para a competição global nesta nova sociedade, onde o conhecimento passa a ser o principal fator de produção. As novas tecnologias informacionais redesenham as relações de poder entre nações, organizações e indivíduos e influenciam na construção da cidadania.

Muitos analistas têm advertido sobre a aceleração da perda das vantagens comparativas dos países exportadores de matérias-primas e de empregos baratos em uma sociedade centrada na dependência crescente da ciência no processo produtivo. [...] O capitalismo torna-se uma sociedade dependente de tecnologias da inteligência, ou seja, que ampliam imensamente a capacidade de gerar conhecimento, o que requer um preparo e capacitação complexa de amplos segmentos da sociedade. (SILVEIRA, 2003, p. 22)

No sentido mais geral, “poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências” (THOMPSON, 2002, p. 21). Os indivíduos empregam, no exercício do poder, os recursos que lhe são disponíveis. Quando acumulam recursos dos mais variados tipos, os indivíduos podem aumentar seu poder.

As novas tecnologias da informação, em sua rápida propagação pelo planeta, podem estar trazendo mais desigualdade e mais dificuldade em superá-la. Até o momento, os sinais apontam para o aumento da distância entre incluídos e excluídos da sociedade informacional, consolidando as fronteiras entre os grupos sociais que fazem uso das tecnologias para melhorar suas condições de vida e trabalho e aqueles que estão desprovidos de seu acesso.

⁵ CAVALCANTI, Marcos. Conhecimento e desigualdade. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Disponível em <<http://www.iets.org.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=4&textCode=1417>>. Acesso em 08/02/2004.

Hoje, os países em desenvolvimento temem que, operando-se a revolução da informação, ela se faça sem eles e, conseqüentemente, contra eles. Eles percebem claramente a possibilidade da emergência de uma nova ordem internacional organizada em esferas concêntricas, indo de um centro 'informado' a uma periferia 'não-informada'. Mesmo países industriais médios (como, por exemplo, as economias da Europa Ocidental) estão, assim, ameaçados pelo movimento das engrenagens da sociedade da informação (LANVIN, 1986, apud LOJKINE, 2002. p. 236)

Apenas dois países, Estados Unidos e Canadá, concentram quase metade do acesso mundial à Internet, cerca de 40%. As sociedades ricas usam intensamente as redes informacionais para se comunicar e para armazenar e processar informações, enquanto os países pobres e em desenvolvimento estão distantes desses benefícios. Assim, a tecnologia da informação vem provocando um distanciamento entre os segmentos sociais na apropriação da riqueza socialmente produzida.

A sociedade da informação guarda em si ameaças e oportunidades. As prioridades estabelecidas na condução das sociedades definem o caminho que se deseja seguir. Em todos os períodos históricos, as sociedades dominantes fizeram uso ou dominaram as tecnologias de sua época, utilizando-as como fonte de poder e de reprodução da riqueza. Nas palavras de Sérgio Amadeu da Silveira, Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), “somos cada vez mais uma sociedade tecnodependente. O controle da tecnologia torna-se vital e dita as possibilidades de desenvolvimento e inclusão social” (SILVEIRA, 2003, p. 44).

1.4 PERCORRENDO DIÁLOGOS TEÓRICOS

Muitos são os debates e poucos os consensos sobre as conseqüências e implicações do acesso e uso das novas tecnologias, em especial a Internet, na sociedade. Duas vertentes teóricas polarizam o debate.

Os apologistas, como o filósofo Pierre Lévy e o sociólogo espanhol Manuel Castells, percebem a Internet como um veículo libertário. Enquanto isso, os críticos, representados principalmente pelo sociólogo francês Jean Baudrillard e pelo arquiteto, urbanista e filósofo francês Paul Virilio, a vêem “como um veículo de destruição do espaço público e de controle dos cidadãos pelo Estado e pelas empresas”. (SORJ, 2003. p. 57)

Para aprofundar a discussão, é importante elaborar um pequeno mapeamento teórico a respeito deste debate, examinando os pontos de vista de quatro autores: dois defensores e dois críticos das novas tecnologias da comunicação e informação. Pierre Lévy e Manuel Castells, apologistas, e Paul Virilio e Jean Baudrillard, críticos, foram escolhidos pelo fato de que suas análises e teorias sobre os efeitos das novas tecnologias no mundo contemporâneo são consagradas e reconhecidas por diversos outros autores.

Manuel Castells (1999) analisa minuciosamente as transformações sociais e econômicas que ocorrem na era da informação examinando o ritmo acelerado das descobertas e aplicações da tecnologia e suas implicações. A sociedade em rede, segundo ele, seria, assim, a nova forma de relacionamento entre as elites e as empresas, determinando uma revolução nos negócios e na forma de se viver.

Para Castells, os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes, e

[...] a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social. (CASTELLS, 1999. p. 497)

No entanto, faz a ressalva de que a influência tecnológica será tanto maior quanto melhor forem as condições sociais e econômicas. Assim, chega a mostrar-se pessimista quanto ao processo de difusão tecnológica entre os mais pobres, quando afirma que a comunicação mediada por computadores “excluirá a maior parte da humanidade por um longo tempo” e, como tal, “ficará sob o domínio de um segmento populacional instruído nos países mais desenvolvidos”. (CASTELLS, 1999, p. 382)

Um outro autor, também otimista em relação às novas tecnologias, é o filósofo Pierre Lévy. Considerado um dos maiores especialistas em cibercultura e autor de diversos livros sobre o assunto, Lévy compreende o espaço virtual como sendo o terreno onde a humanidade vive e interage nos dias atuais. Considera que esse novo espaço de interação é extremamente importante nos planos econômico e científico, e que essa importância atinge a vários outros campos da vida humana.

Para Lévy, a metáfora do impacto é inadequada quando se quer referir aos reflexos das novas tecnologias da informação sobre a sociedade ou a cultura, pois neste contexto,

[...] a tecnologia seria algo comparável a um projétil (pedra, obus, míssil?) e a cultura ou a sociedade a um alvo vivo... Esta metáfora bélica é criticável em vários sentidos.

[...]

As técnicas viriam de outro planeta, do mundo das máquinas, frio, sem emoção, estranho a toda significação e qualquer valor humano, como uma certa tradição de pensamento tende a sugerir? Parece-me pelo contrário, que não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal (junto com a linguagem e as instituições sociais complexas). (LÉVY, 1999, p. 21)

Assim, ao invés de avaliar seus “impactos”, deve-se formular projetos capazes de explorar a virtualidade que ela transporta e decidir o que fazer dela. A rede, para Lévy, é universal sem totalidade, ou seja, a rede de computadores permite às pessoas conectadas construir e partilhar a inteligência coletiva sem se submeter a qualquer tipo de restrição político-ideológica. Partindo deste princípio, Lévy encara a Internet como um agente humanizador (porque democratiza a informação) e humanitário (porque permite a valorização das competências individuais e a defesa dos interesses das minorias).

O autor cunhou a expressão “inteligência coletiva” para indicar que a Internet possibilita a troca de idéias, torna possível compartilhar informações e interesses comuns, e estimula a criação de comunidades e conexões⁶.

Para ele, a revolução informacional constitui, portanto, a surpreendente realização do objetivo marxista de apropriação dos meios de produção pelos próprios produtores. Ainda assim, pondera que nem a informática nem o ciberespaço resolvem, com sua existência, os principais problemas da vida em sociedade. De certa forma, ao romperem com os antigos, participam da criação de novos, menos visíveis e mais instáveis poderes.

⁶ Segundo Lévy, se nosso cérebro faz infinitas conexões que se intensificam à medida que envelhecemos, graças ao computador é possível integrar essa “constelação de neurônios” com a de milhões de outras pessoas, permitindo a criação de uma superinteligência coletiva.

Jean Baudrillard, pensador francês que decidiu não utilizar novas tecnologias como celular e computador, afirma que, na era da "chantagem da comunicação", a Internet, mais que qualquer outro meio de comunicação, nos torna escravos da comunicação forçada, a que chama de "êxtase da comunicação".⁷

Toda essa interrogação sobre o virtual torna-se hoje ainda mais delicada e mais complexa por causa do extraordinário blefe que a cerca. O excesso de informação, o *forcing* publicitário e tecnológico; a mídia, o deslumbramento ou o pânico – tudo concorre para uma espécie de alucinação coletiva do virtual e de seus efeitos (BAUDRILLARD, 1999. p. 75).

Para Baudrillard, a comunicação não passa de um grande fenômeno consumista, e que a massa avassaladora de informações torna tudo disperso, volatilizado. Numa perspectiva niilista, acredita que as gerações nascidas na era da Internet não terão idéia do que possa existir fora do mundo virtual.

Outro importante crítico da era digital é o francês Paul Virilio. Arquiteto, urbanista e filósofo, Virilio é pessimista e vê na nossa sociedade um alto risco, que ele costuma chamar de "ditadura da velocidade". Sua inquietação diz respeito ao fato de acreditar que, nos dias atuais, o "tempo real" depende cada vez menos do espaço.

Com esse FALSO DIA produzido pela iluminação das telecomunicações, levanta-se um sol artificial, uma iluminação de emergência que inaugura um novo tempo: TEMPO MUNDIAL em que a simultaneidade das ações logo supera seu caráter sucessório. (VIRILIO, 1999, p. 20)

A reflexão inconformista de Virilio e o tom dramático de suas palavras refletem sua preocupação com a instantaneidade e a imediatez do mundo atual. O filósofo francês acredita que, com o desenvolvimento dos transportes e da tecnologia de comunicação instantânea, o mundo de hoje convive com uma poluição dromosférica, de dromos, corrida.

Em seu livro **O espaço crítico**, escrito em 1993, Virilio faz um tratado radical contra as novas tecnologias que, segundo ele, tornam os homens - antes "nômades" e eternos buscadores de novos terrenos - "sedentários", cujo espaço é a cadeira em

⁷ BAUDRILLARD, J. A Internet ruma para seu fim. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 de fevereiro de 1998. Especial, p. 12 2/8398.

frente ao computador. Essa é uma de suas principais críticas ao mundo informatizado – a de que o espaço humano se reduziu, restringindo a mobilidade das pessoas.

Para Virilio, com a invenção da Internet, as pessoas se comunicam à distância e em breve não haverá mais relevo, não haverá mais toque. Todos nós estamos fadados, segundo ele, à inércia da comunicação tele-visionada.

Desta forma, o que temos é que o debate em torno das potencialidades da Internet é caracterizado pela polarização entre os que a vêem como um “instrumento de libertação e aqueles que a percebem como um mecanismo de destruição do espaço público e de controle dos cidadãos pelo Estado e pelas empresas” (SORJ, 2003, p. 57). São olhares diferentes e, na maior parte das vezes, antagônicos. As posições que se confrontam na verdade percorrem as limitações e possibilidades, ameaças e promessas das novas tecnologias.

No esforço de compreender as complexas imbricações entre os limites e as potencialidades da Internet, pode-se argumentar que as diferentes posições em torno de seus efeitos estão presentes na sociedade e que, dependendo do resultado dos confrontos sociais, podem tornar-se dominantes. Para Sorj (2003, p. 57), é possível encontrar, na atualidade, tanto o efeito de potencialização da vida democrática quanto a fragilização da privacidade e da liberdade pelo controle da informação.

De modo geral, a perspectiva otimista reúne argumentos que afirmam que a partir da Internet:

- a) a informação não se encontra mais restrita aos grupos econômicos que tradicionalmente centralizavam os veículos de comunicação;
- b) é possível aumentar e modificar a participação dos cidadãos na gestão e nas decisões governamentais através de consulta permanente sobre os mais variados temas;
- c) o indivíduo passa a ter direito a voz, à informação e à discussão de sua realidade de maneira irrestrita e sem intermediários;
- d) o intercâmbio cultural pode acontecer com mais facilidade, propiciando o enriquecimento da experiência coletiva;

- e) o trabalho de monitoramento e controle de epidemias tem se tornado mais fácil;
- f) tornou-se fácil o acesso a banco de dados, bibliotecas e todo tipo de informação.

Numa perspectiva pessimista, alinham-se os que consideram que:

- a) apesar do potencial para explicitar a diversidade cultural, a massa de informações que circula na Internet representa um reflexo da dominação cultural exercida pelos que detêm o poder econômico;
- b) a rede se expande velozmente nos países centrais, mas nos países periféricos, a participação ainda é pequena;
- c) não há como esperar pluralidade se apenas uma parte da população participa desse processo – notadamente a parcela da população que está à frente dos processos de produção e difusão da informação;
- d) a Internet destrói as relações face-a-face, único meio capaz de gerar grupos com memória histórica e base de sustentação de uma vida pública e de ação política constante;
- e) o mundo virtual facilita o controle do Estado e das empresas sobre o cidadão e leva à destruição da liberdade e da privacidade.

Em suma, avançando um pouco mais na análise, o que se percebe é que as novas tecnologias podem estar contribuindo para o aparecimento de novos excluídos – os excluídos digitais. O distanciamento tecnológico entre ricos e pobres ocorre por fatores históricos, econômicos e políticos, mas pode estar se agravando pela impossibilidade da maior parte da população de interagir nas redes de informação. Por outro lado, “a ambigüidade do processo em curso permite lutar por seu direcionamento. Sem luta, é quase certo que o fosso entre info-pobres e info-ricos se alargará”. (SILVEIRA, 2001, p.16)

2 DESIGUALDADE.COM

“A chamada exclusão digital, isto é, a distribuição desigual entre países – e no interior de cada sociedade – dos recursos associados às tecnologias da informação e da comunicação, é um campo privilegiado para se compreender a dialética entre igualdade e desigualdade, pois refere-se a um universo que possui tanto o potencial de reconstruir o mundo no sentido de uma maior liberdade e participação social quanto o de levar ao aprofundamento da desigualdade social e a novas formas de concentração do poder”. (SORJ, 2003. p. 13)

O grande avanço tecnológico dos últimos anos, associado ao surgimento das novas mídias eletrônicas, tem produzido mudanças estruturais na sociedade, influenciando substantivamente padrões de consumo, processos de produção material, de conhecimento e comunicação. Há muito estamos envolvidos na rotina dos caixas eletrônicos, cartões magnéticos, telefonia celular e outras utilidades que trazem uma nova lógica e uma nova maneira de organização social. É a chamada revolução informacional, que se intensificou nos anos 90 com a propagação da Internet, permitindo o rompimento de barreiras geográficas e facilitando a livre circulação de informação e conhecimento.

As novas tecnologias da informação estão, inegavelmente, alterando todos os campos da atividade humana. Os reflexos dessas mudanças se fazem cada vez mais presentes na vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Hoje, como afirma Negroponte (2002, p. 12), “a informática não tem mais nada a ver com computadores. Tem a ver com a vida das pessoas”. Estamos vivendo num mundo que se tornou digital. No entanto, a desigualdade se torna cada vez mais gritante:

770 milhões de seres humanos sofrem de subalimentação e 11 milhões de crianças por ano morrem subalimentadas. Mil milhões de pessoas têm peso excessivo e 300 milhões são clinicamente obesas. Os

alemães (80 milhões de pessoas) gastam cerca de 2 500 milhões de dólares por ano em alimentos e acessórios para animais de estimação.

As três pessoas mais ricas do mundo, Bill Gates, W. Buffett e A. Gardner, possuem uma fortuna que cumulativamente ascendia a 121 mil milhões de dólares em 2001, o que equivale ao produto nacional bruto dos 125 milhões de habitantes do Congo, do Burundi e da Etiópia num período de dez anos.

O americano médio (dos Estados Unidos) produz 20 toneladas de dióxido de carbono por ano, o cidadão médio da Serra Leoa apenas 100 quilos. O americano médio produz emissões CO₂ durante 78 anos, o cidadão da Serra Leoa apenas durante 37 anos pois a esperança de vida na Serra Leoa é menos de metade da esperança de vida das pessoas nos Estados Unidos.¹

Na virada do milênio, perto de 50% da população do mundo estavam tentando sobreviver com menos de dois dólares por dia, num aumento acentuado da proporção de pessoas em condição similar uma década antes. Por outro lado, 20% das pessoas dispunham de 86% da riqueza.²

Esse cenário de desigualdade se expressa também, de forma preocupante, na distribuição dos recursos da Sociedade da Informação, que hoje é reflexo da injustiça social e do distanciamento entre ricos e pobres.

2.1 A SOCIEDADE DO [DES]CONHECIMENTO

Os estudos sobre desigualdade social tomam a renda dos indivíduos ou famílias como principal indicador de sua análise. Não há como negar que a renda é um critério importante, mas é igualmente importante analisar a desigual distribuição de bens e serviços públicos. Conforme afirma Sorj (2003, p. 29), os bens de consumo estão divididos em dois tipos: bens de consumo individual e bens de consumo coletivo. Os bens de consumo individual são os que as pessoas escolhem comprar por opção pessoal. Os bens e serviços de consumo coletivo são os que a sociedade considera, em cada momento de sua história, ser condição de cidadania. Nos últimos anos, começou a se discutir uma nova concepção de bens de consumo coletivo – os bens de consumo globais. “Trata-se de bens que não podem ser delimitados às

¹ Dados extraídos de pesquisas da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Banco Mundial e da Revista Forbes. Citados em SCHAUER, Thomas e RADERMACHER, Franz. Igualdade e Diversidade na Era da Informação. Disponível em <<http://www.global-society-dialogue.org>>. Acesso em 04/04/2004.

² Dados obtidos em CASTELLS, 2003, p. 216.

fronteiras nacionais ou cuja falta de acesso num país afeta a qualidade de vida em outros”. (SORJ, 2003, p. 29)

Nas sociedades contemporâneas, conforme afirma Sorj (2003, p. 30), é possível identificar quatro tipos de bens de consumo coletivo. O primeiro grupo diz respeito aos serviços públicos ligados às instituições básicas do governo, cujo acesso é independente de seu pagamento. São os serviços básicos do Estado – a polícia, o poder judiciário e serviços associados aos órgãos do poder executivo e legislativo. O financiamento desses serviços é realizado por vias indiretas, através do sistema impositivo.

Um segundo grupo é formado por serviços públicos coletivos indivisíveis e, geralmente, monopólicos - iluminação pública, serviços de limpeza, manutenção de parques e jardins, bombeiros, meio ambiente. São, geralmente, de responsabilidade do poder local, financiados por impostos.

Um terceiro núcleo é constituído por bens e serviços coletivos, naturalmente não-monopólicos, cujo acesso nas sociedades modernas passaram a ser considerados condição de cidadania – saúde, educação, aposentadoria e, embora de forma mais marginal, moradia. São financiados por impostos diretos e/ou contribuições de empresas e trabalhadores.

O quarto núcleo de bens de consumo coletivo refere-se a serviços ligados a redes e/ou recursos naturais que ocupem espaço finito, que garante a seus detentores uma posição de monopólio ou oligopólio em relação a produtos e serviços cujo acesso é considerado essencial ou de interesse público – água, eletricidade, saneamento básico, rádio, televisão, transporte, telefone. Estes serviços podem ser oferecidos por empresas públicas ou privadas, que recebem concessões de exploração do Estado. Embora sejam, em geral, pagos pelo consumidor individual, o acesso efetivo a estes serviços depende da extensão do alcance das redes e da razoabilidade dos preços – principalmente para os setores de menor renda.

A questão central, hoje, é que “a introdução de novos produtos de consumo que afetam a qualidade de vida implica a mudança do patamar civilizatório que define os bens mínimos necessários para a vida em sociedade” (SORJ, 2003, p. 31), ou seja, cada inovação tecnológica relevante modifica o que se define como bens

mínimos necessários para a vida em sociedade. Nesse sentido, a percepção de inclusão/exclusão social se modifica em função da possibilidade de acesso a esses bens. Vivemos num mundo que destina à informação um lugar estratégico e cada vez mais é preciso saber “manipular, reunir, desagregar, processar e analisar informações” (SILVEIRA, 2001, p. 21). Assim, o advento da sociedade da informação traz novas demandas dirigidas ao poder público. Na era da Internet, a universalização do acesso e o uso crescente e intensivo das tecnologias da informação passa a ser um direito básico, pois as múltiplas desigualdades se articulam entre si e se fortalecem mutuamente.

A desigualdade social no campo das comunicações não se manifesta somente no acesso ao bem material em si – rádio, televisão, celular e Internet – mas principalmente na capacidade do indivíduo de retirar o máximo proveito das potencialidades oferecidas por essas inovações tecnológicas. Hoje, as categorias de “conectado” e “desconectado” fazem referência à desigualdade de acesso aos diversos meios de comunicação – do jornal à Internet.

Se a desigual distribuição de acesso aos meios de comunicação em escala internacional parece reproduzir o quadro geral de desigualdade entre os países, quando consideradas somente as tecnologias de ponta, a desigualdade entre os países é maior que a desigualdade medida por critérios de renda *per capita*. Se a distribuição de rádios e televisões no mundo apresenta uma distância entre os países ricos e pobres menor que a desigualdade em termos de desenvolvimento econômico, a disponibilidade de computadores com acesso à Internet é 600 vezes maior nos países desenvolvidos mais ricos que nos mais pobres. (SORJ, 2003. p. 61)

As chances de acesso também são enfraquecidas pela situação socioeconômica. No Brasil, onde a desigualdade social está entre as maiores do mundo, a porcentagem de pobres no total da população em 2001 era de 33,6%, com 14,6% da população considerada indigente.³

Considerando as tecnologias de acesso à Internet utilizadas no Brasil – linha telefônica fixa, televisão a cabo e radiofrequência – o dado considerado central é o da telefonia fixa, porque no Brasil, em 2001, 51,1% dos domicílios possuíam telefone.

³ A linha de indigência é definida pela metade da renda da linha de pobreza. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da ONU (Cepal)/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a linha de pobreza corresponde a meio salário mínimo por pessoa por mês.

Além da linha telefônica, é preciso, para acessar a Internet, um computador e, uma terceira condição para que o acesso se concretize – o provedor. Em 2002, somente 350 municípios – 6% do total – contavam com provedores de acesso local.⁴

A pobreza e, portanto, a luta contra ela, é dinâmica e “exige constantes esforços de readaptação dos instrumentos de políticas sociais às cambiantes condições do mundo atual”. (SORJ, 2003. p. 31)

2.2 TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

No Brasil, o setor de telecomunicações evoluiu a partir de meados da década de 60, a partir de uma política nacional que considerava as comunicações como estratégicas para o desenvolvimento e integração do País. Assim, foi implantado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), no período 1964-1966, sob responsabilidade dos ministros do Planejamento, Roberto Campos e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões. O PAEG visava acabar com a inflação e industrializar o país. Tratou de reduzir o déficit do setor público, contrair crédito privado e comprimir salários. Instituiu a correção monetária e deu início ao chamado milagre econômico brasileiro. Concretamente, o primeiro passo para o controle governamental do setor de telecomunicações se deu com a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (Embratel), em 1965.

Em 1967, com a criação do Ministério das Comunicações, e durante a década de 70, expandiram-se os serviços e aumentou o empenho na busca de um modelo nacional e independente. A criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás), no final dos anos 70, foi um marco importante nesse movimento de expansão, já que tinha como objetivo reunir num só lugar projetos de pesquisa e desenvolvimento de equipamentos e serviços para a infra-estrutura de telecomunicações no País. No campo da informática, essa iniciativa favoreceu a geração de diversas tecnologias, principalmente em fibras óticas e comutação⁵.

⁴ Um provedor de acesso local torna possível o acesso à Internet sem que seja necessária a utilização de telefonia de longa distância.

⁵ Processo mecânico ou eletrônico em que se converte a corrente alternada em corrente contínua de saída do gerador.

Em meados da década de 80, no Brasil, começa a instalar-se a crise no setor de telecomunicações devido à insuficiência de investimentos de base, impossibilitando a expansão e a melhoria dos serviços. Enquanto isso, nos países centrais, a digitalização das linhas e sistemas e o surgimento de novas tecnologias de comunicação baseadas em outros protocolos⁶, favorecem o aquecimento do setor de telecomunicações.

O período de crise se estendeu até 1995, quando o Governo Federal propôs novas diretrizes, sancionadas numa nova Lei de Telecomunicações, preconizando a privatização do sistema Telebrás; um regime de duopólio⁷ para todos os serviços durante um período de transição até final de 2001 e competição crescentemente ampla a partir de 2002. (TAKAHASHI, 2000, p.121)

No calor do debate sobre a privatização do sistema Telebrás, cria-se a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que começa a funcionar em novembro de 1997, com a missão de regulamentar, outorgar e fiscalizar os serviços de telecomunicações no Brasil.

Em relação às políticas para o setor de informática, durante as décadas de 70 e 80, a proposta era

[...] a criação de uma indústria doméstica forte, capaz de aprimorar equipamentos e *software*, além de produzir localmente boa parte dos insumos necessários, tais como circuitos integrados, placas, componentes discretos, etc. Para dar dimensão concreta a tal objetivo, o Governo Federal dispunha de vários mecanismos, especialmente o do controle de importação de bens e serviços em informática. (op. cit., p. 123)

Mas, a partir do início da década de 90, a política de informática do Brasil se torna mais aberta, com a redução de alíquotas de importação de diversos itens. Hoje, o setor econômico ligado às tecnologias da informação é um dos mais dinâmicos e tem efeito catalisador em toda a economia.

Em 1997, o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), para promover a disseminação da informática nas escolas utilizando recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

⁶ Conjunto de regras, padrões e especificações técnicas que regulam a transmissão de dados entre computadores por meio de programas específicos, permitindo a detecção e correção de erros.

⁷ Situação de mercado em que há somente dois vendedores de uma mercadoria ou serviço.

(Fust). Em consequência de uma discussão no Congresso Nacional sobre qual deveria ser o *software* utilizado – o de arquitetura aberta ou o comercial⁸ – o programa está, até hoje, paralisado.

De acordo com o levantamento da Fundação Getulio Vargas, do total de escolas conectadas à Internet, 62,6% eram particulares. No final de 1999, foi criado o Programa Sociedade da Informação no Brasil (Socinfo), com a missão de

[...] articular e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos e suas aplicações visando à universalização do acesso e à inclusão de todos os brasileiros na Sociedade da Informação.⁹

Em 2000, o Socinfo produziu um documento - Livro Verde Sociedade da Informação no Brasil – mapeando a situação do país, sugerindo metas e políticas específicas. Nos dois primeiros anos de funcionamento, apoiou o desenvolvimento de vários projetos, utilizou *softwares* de tecnologias abertas e, apesar de ocupar lugar de destaque nos fóruns internacionais, boa parte das ações do programa não progrediu por depender de recursos Fust.

Única política pública em âmbito nacional voltada para a universalização do acesso à Internet no Brasil, o Fust foi, durante algum tempo, esperança para aqueles envolvidos com a questão da democratização do acesso às novas tecnologias no país. Mais de dois anos depois, bilhões de reais recolhidos, o Fust é sinônimo de desencanto. (LIMA, 2003, p 72)

A Internet no Brasil, hoje, revela o agravamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas. As pesquisas confirmam que a distribuição de bens e serviços advindos das novas tecnologias digitais leva à apropriação desigual de seus benefícios.

Carlos Afonso, partícipe da RITS (Rede de Informação para o Terceiro Setor), descreve o cenário de dificuldades para assegurar aos cidadãos o acesso à Internet:

⁸ A possibilidade de realizar um importante programa apoiado em *software* livre encontrou resistência firme no governo, impedindo que os laboratórios de informática das escolas atuassem como base indispensável para que o Brasil começasse a construir sua independência tecnológica. Este tema será mais amplamente discutido no próximo capítulo.

⁹ Disponível no site oficial do Programa Sociedade da Informação no Brasil, no endereço <<http://www.socinfo.org.br>>

Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300 (ou menos de 6%) contam com infra-estrutura mínima necessária para que possam ser instalados serviços locais de acesso à Internet. Os cerca de cinco milhões de usuários da Internet no Brasil são menos de 3% da população. O Brasil é de longe o pior colocado em números *per capita* de usuários, computadores pessoais, linhas telefônicas e servidores de Internet (*hosts*) entre as nove maiores economias do mundo. Os circuitos que conectam os provedores de serviços à Internet estão entre os mais caros do mundo, inviabilizando o pequeno provedor de serviços em áreas menos ricas. (AFONSO, 2000. p.3)

No Brasil, o número de telefones instalados em casas ainda não é satisfatório. Dados da União Internacional das Telecomunicações (UIT), analisados em 2001, mostram que existiam 28,2 telefones fixos para cada 100 habitantes, o que representa 51,1% dos lares brasileiros.

Um outro grande obstáculo para que a Internet chegue à maior parte da população é o idioma: cerca de 80% das páginas disponíveis na rede estão em inglês, sendo esse idioma compreendido por apenas 10% da população mundial. (Global Reach, 2002). A falta de infra-estrutura tecnológica, o alto custo dos computadores e o preço para conecta-lo à grande rede, a falta de conhecimento e o analfabetismo também são barreiras que dificultam a expansão tecnológica.

2.3 PANORAMA DA EXCLUSÃO DIGITAL

Neste contexto de inovações e possibilidades tecnológicas, configura-se uma organização da economia e do trabalho mediada pelo computador e pela comunicação em rede. Assim, é preciso que todos se tornem aptos para acompanhar o desenvolvimento das tecnologias intelectuais. A construção de “coletivos sociais inteligentes” é uma das ações básicas para a redução da pobreza e condição para

[...] qualificar as pessoas para as novas formas de sociabilidade, permitindo que utilizem as ferramentas de compartilhamento de conhecimento para exigir direitos, alargar a cidadania e melhorar as condições de vida. (SILVEIRA, 2001, p. 21)

Desde quando foi convocada a primeira de uma série de conferências das Nações Unidas sobre Informática, no final da década de 60, as novas tecnologias de informação e comunicação foram consideradas vetores de desenvolvimento econômico e social. É importante afirmar, porém, que:

O e-desenvolvimento¹⁰ social não substitui o desenvolvimento social, nem a luta contra a exclusão digital substitui o elenco de medidas necessárias para enfrentar a pobreza, a desigualdade social, e uma das suas mais terríveis conseqüências, a violência urbana. (SORJ, 2003, p.73)

Assim, a importância dos esforços na luta contra a exclusão digital deverá ser determinada pela capacidade de incluir outras formas de desigualdade. Diante dessa crescente complexidade, novos desafios se apresentam aos formuladores de políticas públicas. O que está em jogo é o acesso, a possibilidade de navegar no espaço de fluxos e interagir nas redes de informação. É papel do Estado dedicar especial atenção à incorporação dos segmentos sociais menos favorecidos e de baixa renda à sociedade da informação.

Freqüentemente associa-se o advento das novas tecnologias à idéia de progresso, melhoria da qualidade de vida, democratização. Fala-se da Internet, especificamente, como potencializadora da comunicação e percebe-se um certo fascínio pelas novas formas de pensar e fazer. No entanto, apesar da esperança gerada em torno das tecnologias da informação e do conhecimento (TCIs), elas vêm sendo usadas, na maior parte das vezes, a serviço de uma lógica que não favorece a solidariedade e a cidadania.

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 1999¹¹, que tem o sugestivo título de “Conhecimento para o Desenvolvimento”, já chamava a atenção para o caráter pouco democrático da Internet.

Apesar do potencial para o desenvolvimento, a *Internet* coloca sérios problemas de acesso e exclusão. Quem esteve no circuito em 1998?

A geografia divide. A Tailândia tem mais telefones celulares do que a África. A Ásia do Sul, lar de 23% da população mundial, tem menos de 1% dos usuários da *Internet*.

A educação é a entrada para a alta sociedade das redes. 30% dos usuários de todo o mundo tinham grau universitário, no mínimo.

A renda compra o acesso. A aquisição de um computador custaria ao cidadão médio de Bangladesh mais do que o salário de oito anos e ao americano médio apenas o salário de um mês.

Os homens e os jovens dominam. As mulheres representam apenas 17% dos usuários no Japão e só 7% na China. A maior

¹⁰ “Trata-se do uso da telemática para gerar crescimento econômico” (SORJ, 2003, p. 81).

¹¹ Disponível em <<http://www.undp.org.br/HDR/Hdr99/Sinopse.doc>>. Acesso em 05/11/2003.

parte dos usuários na China e no Reino Unido têm menos de 30 anos.

O Inglês fala alto. A língua inglesa prevalece em quase 80% dos sites da Internet, contudo só é falado por uma pessoa em cada dez em todo o mundo.

Esta exclusividade cria mundos paralelos. Aqueles que têm renda, educação e, literalmente, ligações, têm acesso barato e instantâneo à informação. Ao restante, sobra o acesso incerto, lento e caro. Quando as pessoas nestes dois mundos vivem e competem lado a lado, a vantagem de quem está ligado acabará por subjugar os marginalizados e empobrecidos, eliminando suas vozes e preocupações da conversação mundial.

Declara ainda, de forma incisiva, que “países pobres – e pessoas pobres – diferem dos ricos não apenas por disporem de menos capital, mas também por terem menos conhecimentos” (WORLD BANK, 1999. p. 1).

Dados recentes, obtidos através de uma pesquisa realizada pela *E-Consulting*¹² divulgada em novembro de 2003, revelam que a população mundial de internautas é de 825 milhões de pessoas, das quais 17,4 milhões estão no Brasil. Analisando os dados fornecidos por essa pesquisa, observa-se que imensas áreas continentais do planeta estão excluídas do acesso à rede mundial de computadores. A “brecha digital” - como se denomina a desvantagem do mundo em desenvolvimento em relação ao Norte industrial em matéria de tecnologia de informática - se reflete nos diferentes graus de acesso à Internet.

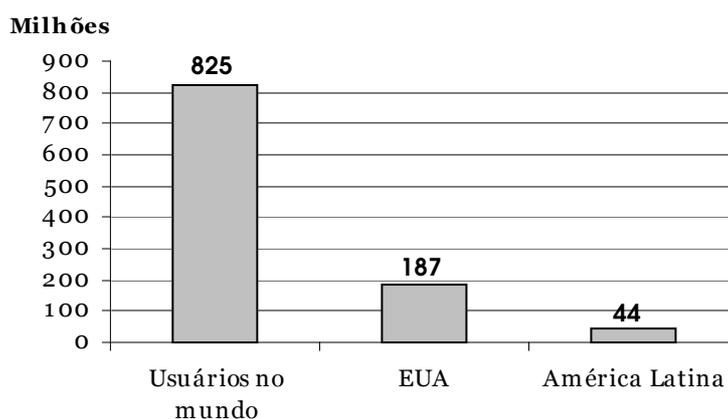


GRÁFICO 1. DESIGUALDADE NO ACESSO À INTERNET NO MUNDO

Fonte: E-Consulting - Nov/2003

¹² Empresa que cuida da criação, desenvolvimento e implementação de estratégias competitivas e serviços na Internet para grandes corporações.

A Internet tem se tornado, portanto, uma rede de contrastes: enquanto nos Estados Unidos 187 milhões de pessoas possuem acesso à rede mundial de computadores, os usuários da América Latina somam 44 milhões.

2.3.1 O MAPA DA EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Em abril de 2003, foi divulgada uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Comitê para Democratização da Informática (CDI), a *Sun Microsystems* e a USAID (*The United States Agency for International Development*) - o Mapa da Exclusão Digital no Brasil. O Mapa é um projeto que consiste na geração de um banco de dados para estudantes, pesquisadores, atores do terceiro setor e formuladores de políticas públicas voltados para a inclusão digital. Buscando motivar o debate a nível nacional e local em torno das ações voltadas à inclusão digital, esse banco de dados tem o objetivo de mapear o segmento da população alvo de ações voltadas para a inclusão digital. Assim, uma meta desse estudo é

[...] desenhar um arcabouço integrado de informações e conhecimentos sobre a exclusão digital que subsidiem prescrições de ações privadas e políticas públicas que visam combater a pobreza de maneira sustentável pelas vias da inclusão digital. (NERI, 2003, p. 27)

As principais fontes de informação utilizadas na elaboração do Mapa da Exclusão Digital no Brasil foram:

a) Pesquisas domiciliares:

- Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD/IBGE);
- Censo Demográfico – IBGE¹³;
- Suplemento da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE);
- Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE);
- Pesquisa de Padrões de Vida (PPV/IBGE);
- Pesquisa de Condições de Vida (PCV/IBGE).

b) Registros administrativos e pesquisas em estabelecimentos:

¹³ As últimas versões do Censo e da PNAD do IBGE incorporam questões relativas à inclusão digital (acesso a computadores, Internet e celulares).

- Ministério da Educação e da Criança – Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) e Censo Escolar;
- Ministério do Trabalho e Emprego – Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED);
- Economia Informal Urbana (ECINF); Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC/IBGE);
- Ministério das Telecomunicações e Anatel e Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Organização das Nações Unidas (ONU);
- Fórum Econômico Mundial (WEF).

As últimas versões do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE incorporaram questões relacionadas à inclusão digital (acesso a computadores, internet e celulares) nos domicílios. Assim, na seção 3 – Retratos Sociais da Inclusão Digital Doméstica – o Mapa traça um perfil dos incluídos digitais domésticos (IDD) a partir de microdados da PNAD para o ano de 2001 e da amostra do Censo Demográfico 2000.

Os microdados da PNAD se referem a: gênero; idade; escolaridade; posição na família; setor de atividade; imigração e unidades da Federação. Já os dados censitários dizem respeito a: urbanização; raça; religião e natureza da união; estado civil e contribuição para a previdência. Os dados da PNAD foram privilegiados por serem mais atuais e por contemplar maior variedade de informações, entretanto, os dados do Censo 2000 foram utilizados para tratar de atributos não contemplados pela PNAD ou na análise espacialmente desagregada desses atributos.

São considerados incluídos digitais domésticos aqueles que dispõem de um microcomputador em casa. De acordo com os dados da PNAD 2001, 12,46% dos brasileiros têm acesso doméstico ao computador e 8,31% à Internet.

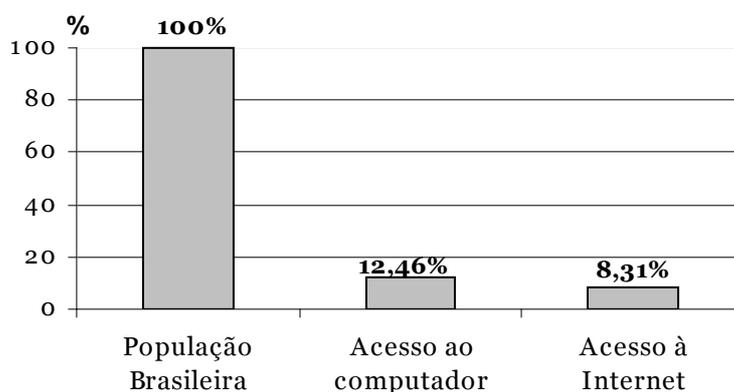


GRÁFICO 2. ACESSO AO COMPUTADOR E À INTERNET NO BRASIL

Fonte: Mapa da Exclusão Digital no Brasil - FGV, 2003

Na população de incluídos digitais, as mulheres representam 52,11% do total e os homens, 47,89% - percentuais bastante semelhantes ao da população total, pois as mulheres já representam a maioria na população – 52,32%. Em relação à idade, as taxas de acesso ao computador tendem a crescer à medida que a idade aumenta – até a faixa de 45 a 50 anos. O mesmo se observa nas taxas de acesso à Internet.

Quanto ao atributo anos de estudo, a taxa de acesso ao computador para pessoas com mais de 12 anos de estudo é de 58,92% e de acesso à Internet, de 46,81%. Essas taxas caem para 4,06% e 3,45%, respectivamente, no caso dos analfabetos.

Os diferenciais educacionais de inclusão digital doméstica são esperados, visto que as pessoas que acumulam mais anos de estudo tendem a obter rendas superiores ao restante da população, o que torna mais fácil o acesso ao computador e à Internet. As relações entre educação e inclusão digital doméstica ocupam lugar de destaque no relatório do Mapa da Exclusão Digital.

A partir da análise dos dados de acordo com o setor de atividade, o Mapa mostra que os setores agrícola e o de construção são os mais excluídos digitalmente. O Mapa revela ainda que aqueles que imigraram há mais de dez anos “conseguem conciliar sua maior capacidade de geração de renda com a necessidade de comunicação característica daqueles que vieram de outras terras, apresentando uma taxa de inclusão digital doméstica de 15%”.

TABELA 1. RETRATO SOCIAL DA INCLUSÃO DIGITAL DOMÉSTICA

| | | Taxa de acesso ao computador (%) | Taxa de acesso à Internet (%) |
|---------------------------|--------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Total | | 12,46 | 8,31 |
| Sexo | | | |
| | Homens | 12,26 | 8,19 |
| | Mulheres | 12,65 | 8,43 |
| Idade | | | |
| | Até 15 anos | 8,98 | 5,68 |
| | 15 a 20 anos | 14,18 | 9,51 |
| | 20 a 25 anos | 13,44 | 9,14 |
| | 25 a 30 anos | 11,74 | 7,98 |
| | 30 a 35 anos | 11,90 | 7,89 |
| | 35 a 40 anos | 15,89 | 10,64 |
| | 40 a 45 anos | 17,85 | 12,13 |
| | 45 a 50 anos | 18,68 | 12,94 |
| | 50 a 55 anos | 17,16 | 12,40 |
| | 55 a 60 anos | 14,34 | 9,73 |
| | 60 a 65 anos | 10,96 | 7,22 |
| | 65 a 70 anos | 8,92 | 5,36 |
| | Mais de 70 anos | 8,11 | 5,25 |
| Anos de estudo | | | |
| | Até 1 ano | 4,06 | 3,45 |
| | 1 a 4 anos | 4,84 | 2,79 |
| | 4 a 8 anos | 7,60 | 4,33 |
| | 8 a 12 anos | 17,58 | 10,74 |
| | Mais de 12 anos | 58,92 | 46,81 |
| Setor de atividade | | | |
| | Agricultura | 1,41 | 0,64 |
| | Indústria | 14,08 | 9,03 |
| | Construção | 5,66 | 3,50 |
| | Setor Público | 27,53 | 19,64 |
| | Serviços | 17,56 | 12,05 |
| Imigração | | | |
| | Não imigrou | 11,81 | 7,87 |
| | Há menos de 4 anos | 13,02 | 8,48 |
| | 5 a 9 anos | 12,11 | 8,25 |
| | Mais de 10 anos | 15,04 | 10,34 |

Fonte: CPS/ FGV processando os microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

O Mapa da Exclusão lança mão de dados censitários para tratar de alguns atributos não contemplados pela PNAD, como podemos ver no quadro a seguir:

TABELA 2. RETRATO SOCIAL DOS INCLUÍDOS DIGITAIS DOMÉSTICOS

| | População Total | | Incluídos Digitais | | |
|-------------------------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------|
| | População | Participação (%) | População | Participação (%) | Taxa (%) |
| Total | 169 872 856 | 100 | 17 358 185 | 100 | 10,20 |
| Situação do Domicílio | | | | | |
| Área urbanizada | 135 615 944 | 79,83 | 16 849 493 | 97,24 | 12,42 |
| Área não urbanizada | 1 250 580 | 0,74 | 75 434 | 0,44 | 6,03 |
| Área urbanizada isolada | 1 058 713 | 0,62 | 45 241 | 0,26 | 4,27 |
| Área rural de extensão urbana | 1 075 854 | 0,63 | 47 178 | 0,27 | 4,39 |
| Aglomerado rural (povoado) | 3 360 890 | 1,98 | 25 626 | 0,15 | 0,76 |
| Aglomerado rural (núcleo) | 154 008 | 0,09 | 11 627 | 0,07 | 7,55 |
| Cor ou raça | | | | | |
| Branca | 91 298 042 | 53,74 | 13 822 499 | 79,77 | 15,14 |
| Preta | 10 554 336 | 6,21 | 419 185 | 2,42 | 3,97 |
| Amarela | 761 583 | 0,45 | 317 295 | 1,83 | 41,66 |
| Parda | 65 318 092 | 38,45 | 2 654 797 | 15,32 | 4,06 |
| Indígena | 734 127 | 0,43 | 27 286 | 0,16 | 3,72 |
| Outras | 1 206 675 | 0,71 | 87 424 | 0,50 | 7,25 |

Fonte: CPS/ FGV processando os microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

O Mapa da Exclusão Digital traça, ainda, o mapa social da população total, caracterizando o universo de incluídos digitais no Brasil:

TABELA 3. MAPA SOCIAL DA POPULAÇÃO TOTAL

| UNIVERSO | População Total | Homens (%) | Educação* | Idade* | PIA** | Renda* | Jornada* |
|--------------|-----------------|------------|-----------|--------|-----------|---------|----------|
| Incluídos | 16 209 223 | 48.89 | 8.72 | 31.14 | 462826.66 | 1677,15 | 41.76 |
| Excluídos | 153 663 627 | 49.25 | 4.40 | 27.95 | 529046.90 | 452,44 | 43.40 |
| Brasil-Total | 169 872 850 | 49.21 | 4.81 | 28.26 | 522728.18 | 569,30 | 43.24 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos dados do Censo 2000/IBGE

* Os valores referentes a essas variáveis são médias. A variável educação refere-se aos anos médios de estudo, jornada refere-se a jornada de trabalho semanal e a renda do trabalho principal referente à população

** População em idade ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos de idade.

O perfil do incluído digital brasileiro é bem definido. Ele tem, em média, 31 anos, mais de oito anos de estudo, é branco ou amarelo, mora em área urbanizada e tem uma renda média de R\$ 1677,15. As pessoas que não têm acesso ao computador têm, em média, quatro anos de estudo, cor negra ou parda e moram em cidades do interior ou da periferia, com renda média de \$ 569,00.

O Mapa, a partir da análise dos dados do Censo 2000, referentes às características sociais, também revela os contrastes regionais: enquanto no Distrito Federal 25,32% das pessoas possuem computadores pessoais, no Maranhão, os que têm acesso somam 2,38%. O quadro de disparidades regionais fica ainda mais evidente quando se analisa a oferta de provedores de acesso à Internet no Brasil¹⁴: 73% dos provedores estão nas regiões sudeste e sul, que concentram a grande totalidade da infra-estrutura territorial da nova economia digital no Brasil. O quadro a seguir mostra as diferenças regionais no acesso ao computador e à Internet no Brasil.

TABELA 4. DIFERENÇAS REGIONAIS NO ACESSO AO COMPUTADOR E INTERNET

| | Participação – Possui computador | Participação – Possui Internet | Taxa de acesso ao computador (%) | Taxa de acesso à Internet (%) |
|------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Total | 100 | 100 | 12,46 | 8,31 |
| Unidades da Federação | | | | |
| Acre | 0,23 | 0,17 | 9,11 | 6,68 |
| Alagoas | 1,69 | 0,71 | 5,23 | 2,97 |
| Amazonas | 1,29 | 0,89 | 8,53 | 4,98 |
| Amapá | 0,27 | 0,07 | 3,08 | 2,27 |
| Bahia | 7,81 | 3,14 | 5,01 | 3,50 |
| Ceará | 4,47 | 1,80 | 5,02 | 3,34 |
| Distrito Federal | 1,25 | 2,53 | 25,32 | 19,22 |
| Espírito Santo | 1,87 | 1,70 | 11,36 | 7,54 |
| Goiás | 3,03 | 1,79 | 7,34 | 7,50 |
| Maranhão | 3,39 | 0,65 | 2,38 | 1,44 |
| Minas Gerais | 10,74 | 9,03 | 10,48 | 6,18 |
| Mato Grosso do Sul | 1,25 | 0,96 | 9,58 | 6,53 |
| Mato Grosso | 1,52 | 0,91 | 7,48 | 4,83 |
| Pará | 2,56 | 1,19 | 5,82 | 3,36 |
| Paraíba | 2,05 | 0,91 | 5,50 | 3,83 |
| Pernambuco | 4,74 | 2,49 | 6,56 | 4,36 |
| Piauí | 1,70 | 0,48 | 3,52 | 2,02 |
| Paraná | 5,74 | 6,50 | 14,13 | 8,74 |
| Rio de Janeiro | 8,62 | 12,40 | 17,92 | 12,81 |
| Rio Grande do Norte | 1,67 | 0,84 | 6,24 | 4,45 |
| Rondônia | 0,54 | 0,30 | 6,87 | 4,15 |
| Roraima | 0,15 | 0,05 | 3,80 | 2,30 |
| Rio Grande do Sul | 6,10 | 6,59 | 13,47 | 8,21 |
| Santa Catarina | 3,23 | 4,20 | 16,20 | 10,08 |
| Sergipe | 1,08 | 0,57 | 6,50 | 4,45 |
| São Paulo | 22,30 | 38,93 | 21,75 | 15,12 |
| Tocantins | 0,70 | 0,20 | 3,60 | 1,79 |

Fonte: CPS/ FGV processando os microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

¹⁴ Cf. afirma o Comitê para Democratização da Informática. Disponível em <http://www.cdi.org.br/midia/midia_20020603.htm>. Acesso em 05/01/2004.

Os dados mostram que os estados mais incluídos do Brasil são Distrito Federal; São Paulo; Rio de Janeiro; Santa Catarina e Paraná. Já entre os menos incluídos estão o Maranhão; Piauí; Tocantins; Acre e Alagoas.

A análise da distribuição espacial da exclusão digital no Brasil pode contribuir para identificar e indicar focos para ações de inclusão digital.

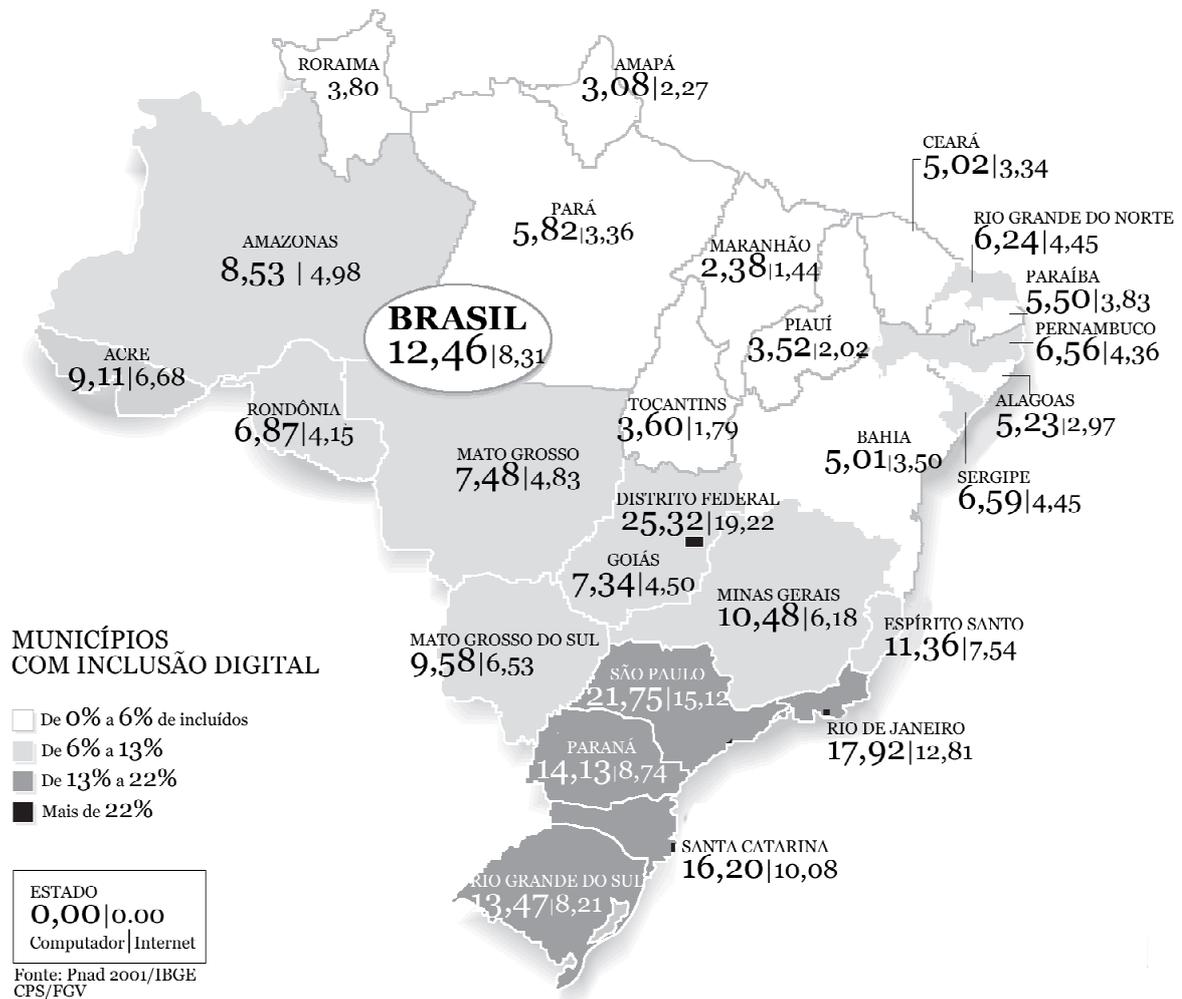


Figura 1. Diferenças regionais no acesso ao computador e Internet no Brasil
Imagem: O Globo, Caderno Especial: Retratos do Brasil: Exclusão Digital. 11 de abril de 2003.

O estudo da FGV, analisando os dados do Censo 2000 referentes às características sociais, destaca, em nível mais desagregado, o grau de inclusão digital nas unidades da Federação.

TABELA 5. AS CINCO UNIDADES DA FEDERAÇÃO QUE APRESENTAM MAIOR GRAU DE INCLUSÃO DIGITAL

| <i>Grandes Regiões e Unidades da Federação</i> | <i>Moradores em domicílios particulares permanentes</i> | <i>Microcomputador</i> | <i>Proporção: moradores com acesso a computador / total de moradores (%)</i> |
|--|---|------------------------|--|
| Distrito Federal | 2 035 459 | 485 820 | 23,87 |
| São Paulo | 36 719 202 | 6 603 586 | 17,98 |
| Rio de Janeiro | 14 298 735 | 2 217 769 | 15,51 |
| Santa Catarina | 5 319 120 | 654 177 | 12,30 |
| Paraná | 9 471 919 | 1 097 529 | 11,59 |

Fonte: Censo 2000 / IBGE

TABELA 6. AS CINCO UNIDADES DA FEDERAÇÃO QUE APRESENTAM MENORES GRAUS DE INCLUSÃO DIGITAL

| <i>Grandes Regiões e Unidades da Federação</i> | <i>Moradores em domicílios particulares permanentes</i> | <i>Microcomputador</i> | <i>Proporção: moradores com acesso a computador / total de moradores (%)</i> |
|--|---|------------------------|--|
| Maranhão | 5 621 913 | 115 211 | 2,05 |
| Piauí | 2 832 095 | 78 811 | 2,78 |
| Tocantins | 1 143 283 | 31 533 | 2,76 |
| Acre | 552 016 | 18 881 | 3,42 |
| Alagoas | 2 797 246 | 100 664 | 3,60 |

Fonte: Censo 2000 / IBGE

2.3.2. A EXCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O estado do Rio de Janeiro, um dos cinco estados com maior grau de inclusão digital, tem uma população total de 2.217.769 incluídos, o que corresponde a 15,51% de sua população total.

Conforme dados do Mapa da Exclusão Digital, o percentual de homens nesse universo é de 47,51%; o número médio de anos de estudo é 9,53 e a renda do trabalho principal da população ocupada é, em média, de R\$ 1721,36.

O gráfico a seguir mostra os cinco municípios mais incluídos digitalmente e os cinco menos incluídos do Estado do Rio:

INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO
(em % da população com computador em casa)

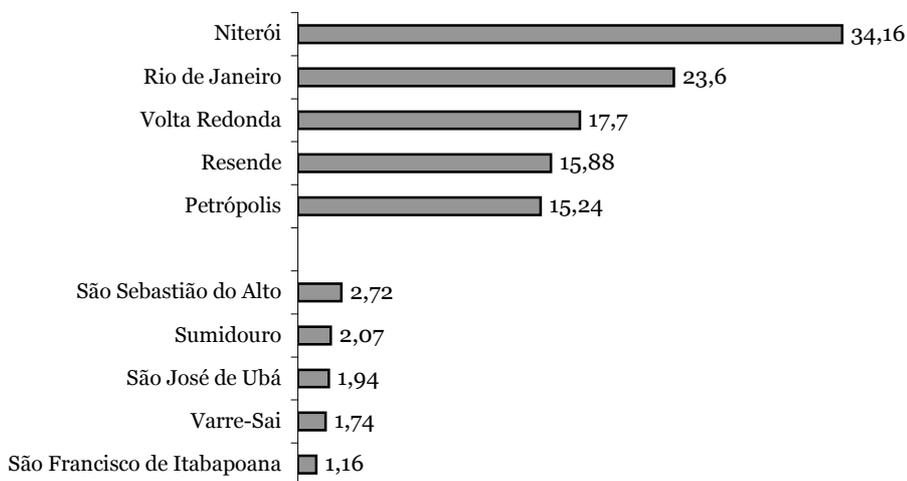


GRÁFICO 3. INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fonte: Mapa da Exclusão Digital no Brasil – CPS/FGV

INCLUSÃO DIGITAL / MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO

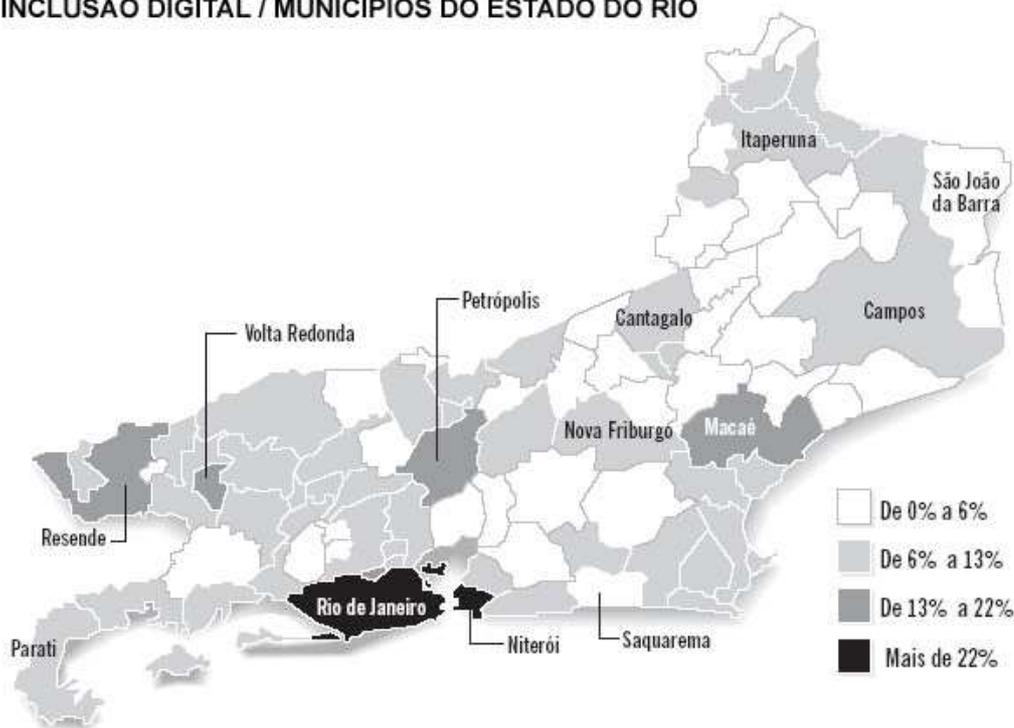


Figura 2. Inclusão Digital – Municípios do Estado Do Rio De Janeiro

Imagem: O Globo, Caderno Especial: Retratos do Brasil: Exclusão Digital. 11 de abril de 2003.

Os dados do Mapa revelam que o município de Campos tem um índice de inclusão digital entre 6% e 13%, inferior ao índice de Macaé, município situado a 182

km do Rio de Janeiro e a cerca de 100 km de Campos, que vem consolidando sua posição como um dos mais importantes do Estado do Rio. Isso porque, com a instalação da Petrobrás, em 1978, Macaé começou a receber empresas prestadoras de serviços do setor petrolífero e viu aumentar vertiginosamente a oferta de empregos e os investimentos locais. Ao mesmo tempo que a Petrobrás permanece como mero enclave econômico, a microrregião da região Norte Fluminense que abrange Campos como pólo, assiste à crescente decadência da indústria sucroalcooleira. Assim, aprofundam-se as desigualdades regionais no Estado.

As regiões Norte e Noroeste Fluminense apresentam os níveis mais baixos de renda *per capita* e os maiores índices de pobreza e de indigência do Estado¹⁵, mas há disparidades enormes: a renda per capita de Macaé é de R\$ 393,00 enquanto que em São Francisco do Itabapoana é de R\$ 156,00.

Em suma, o Mapa da Exclusão Digital confirma que o acesso à Internet concentra-se nos segmentos da sociedade com maior nível de escolaridade e maior renda, no meio urbano e nos estados mais ricos do País, evidenciando um Brasil plugado convivendo com um Brasil excluído do mundo da tecnologia. Sem dúvida alguma, os números indicam que os internautas no Brasil situam-se no topo da pirâmide social e representam uma pequena amostra da desigualdade no acesso, uso e usufruto das novas tecnologias. Embora o enfrentamento da exclusão digital seja, hoje, uma preocupação mundial, o ciberespaço ainda é uma realidade muito distante para a grande maioria da população brasileira. Com base nessas considerações, é desejável e urgente assegurar o acesso, a apropriação e o uso das tecnologias da comunicação e informação às camadas socialmente desfavorecidas como estratégia de inclusão social. Mas,

[...] para que isso não tenha um resultado pífio torna-se indispensável a formulação de políticas públicas de orientação, educação não-formal, proficiência tecnológica e de uso das novas tecnologias da informação para mudar a vida, ou seja, para fomentar instrumentos ágeis para organizar reivindicações, realizar referendos e plebiscitos, lutar por prioridades orçamentárias, fiscalizar governos e expor preocupações e necessidades coletivas. (SILVEIRA, 2001, p. 22)

As iniciativas de inclusão digital são, pois, fundamentais, porque diminuem o distanciamento tecnológico entre ricos e pobres.

¹⁵ Cf. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD 2000.

2.4 POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

O debate sobre a garantia de uma sociedade da informação para todos está sendo travado, cada vez mais intensamente, no Brasil e no mundo. Inúmeras ações estão sendo empreendidas, sob diversos interesses e perspectivas do que se considera inclusão digital. Embora existam divergências, todos concordam que o acesso à comunicação mediada por computador está diretamente relacionado aos direitos básicos à informação e à liberdade de opinião e expressão. O desafio é tornar a inclusão digital algo real para as pessoas. É fazer com que isso possa, realmente, fazer diferença em suas vidas.

As experiências de inclusão digital realizadas em países ricos e pobres provam que “o potencial que as novas tecnologias de informação e comunicação têm de aumentar as desigualdades coexiste com as possibilidades de facilitar a vida de pessoas dos setores menos favorecidos”. (SORJ, 2003, p. 10)

Existem, no Brasil, ações consistentes que já se constituem como referência para projetos mais amplos dos governos. Um dado importante a ser considerado é que as empresas de telecomunicações recolhem, mensalmente, 1% de seu faturamento, descontados os impostos, para o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust). Há quase R\$ 3 bilhões que foram arrecadados pelo Fust e ainda não foram aplicados.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou um edital de licitação em julho de 2001 para levar computadores com acesso à Internet a 13 mil escolas públicas. Uma liminar paralisou a licitação em agosto do mesmo ano. O governo Luiz Inácio Lula da Silva retomou o processo, definindo novas regras. A perspectiva é que os serviços de Internet rápida empregando os recursos do Fust comecem a funcionar até o final de 2004. Para isso, está sendo criada uma nova concessão de telecomunicações, chamada Serviço de Comunicação Digital (SCD), que permitirá a aplicação dos recursos do Fust. Devem ser atendidas 185 mil escolas públicas, 63 mil entidades da área de saúde e 5 mil bibliotecas públicas. (CRUZ, 2004, p. 57)

Enquanto os recursos do Fust não são aplicados, o Ministério das Comunicações coordena o programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) que levou o acesso rápido à Internet a mais de 3 mil localidades -

“onde, infelizmente, até mesmo políticas públicas básicas têm sido raras, o Governo tem chegado com a inclusão digital”¹⁶.

O Gesac, herdado do governo Fernando Henrique (1995-2002), foi totalmente reformulado em 2003. O programa original previa a instalação de totens de Internet em repartições públicas, onde o usuário poderia consultar os *sites* do governo. Após a reformulação, o Gesac passou a atender a centros comunitários de informática sem a antiga limitação ao *sites* governamentais. Para a concretização desse programa, foram estabelecidas parcerias entre órgãos do Governo Federal, tais como o Ministério das Comunicações, Ministério do Planejamento, Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Instituto de Tecnologia da Informação (ITI), Eletronorte, Serpro e outros; com ONGs, tais como a Rede de Informação do Terceiro Setor (RITS), e governos estaduais.

É importante, para este trabalho, registrar algumas experiências de inclusão digital que se destacam pela visão de que as tecnologias da informação e comunicação “são ferramentas a serem utilizadas para uma relação mais ampla com a sociedade, para a absorção e difusão de informações e conhecimento”. (ASSUMPÇÃO, 2003, p. 196)

O Comitê para Democratização da Informática (CDI) é uma organização não-governamental que tem o objetivo de promover a inclusão digital usando as tecnologias da comunicação e informação como instrumento para construção e exercício da cidadania. O CDI foi criado por Rodrigo Baggio em 1995 e, através de suas Escolas de Informática e Cidadania – espaços informais de ensino localizados em comunidades pobres ou organizações que desenvolvam projetos sociais - vem atendendo a comunidades de baixa renda, pessoas com algum tipo de necessidades especiais, tais como deficientes físicos e visuais, usuários psiquiátricos, jovens em situação de rua, presidiários, população indígena, entre outros.

Para definir sua proposta político-pedagógica, o CDI recebeu, inicialmente, o apoio do Núcleo de Informática Educativa (Nied) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O CDI está representado em comitês regionais em mais de 37 cidades em vinte estados brasileiros e, em 1999, estabeleceu sua primeira filial

¹⁶ Conforme consta no Portal Inclusão Digital, do Governo Federal. Disponível no endereço <<http://www.idbrasil.gov.br>>. Acesso em 03/05/2004.

internacional em Tóquio, que arrecada computadores para serem enviados para países em desenvolvimento. Em 2000, foram criados mais três CDIs internacionais, no Uruguai, Colômbia e México. Em 2001, foi criado um CDI no Chile. Logo depois, foi implantado na África do Sul, Angola, Honduras, Guatemala e Argentina. Desenvolve, portanto, um trabalho que é reconhecido nacional e internacionalmente.

Em São Paulo, a partir da articulação liderada pelo Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes (IFF), que uniu empresas, entidades da sociedade civil, entidades sindicais e instituições de ensino e pesquisa, surge o projeto *sampa.org*. Num primeiro momento, o objetivo do projeto era democratizar as relações da sociedade com o Estado a partir das tecnologias da comunicação e informação. Esse desejo de transparência e monitoramento das atividades administrativas fundiu-se no projeto com o conceito de Inclusão Digital, conceito que desta forma ganhou dimensões mais amplas e qualificadas, passando a significar muito mais do que a mera alfabetização digital.

Ficou claro para o IFF que, paralelamente a uma proposta detalhada, coerente e progressista de política de governo eletrônico para a Prefeitura de São Paulo, caberia propor também uma política pública de Inclusão Digital que permitisse ao governo da cidade enfrentar os graves números da exclusão digital. A articulação de empresas e entidades da sociedade civil, então já batizada de **sampa.org**, passou a ter, assim, mais uma missão: difundir o uso da tecnologia e do acesso à informação para reforçar um processo democrático, servindo como referência para a implantação de políticas de ação estatal.

O primeiro ponto eletrônico de presença implantado pelo *sampa.org* foi no bairro Capão Redondo – área de grande carência na cidade de São Paulo – em julho de 2000. Em julho de 2002, o *sampa.org* assinou um convênio com o governo municipal unindo seu projeto de telecentros¹⁷ ao da Prefeitura.

O **Programa Acessa São Paulo** foi criado por iniciativa do governo estadual do Estado de São Paulo em julho de 2000, com o objetivo de levar os recursos da Internet à população de baixa renda, estimulando o desenvolvimento humano e social das comunidades. Desde 1995, o governo do Estado de São Paulo vinha

¹⁷ “Telecentros são pontos de acesso coletivo, onde o usuário pode usufruir serviços de Internet através de equipamentos que não lhe pertencem” (Sorj, 2003, p.66).

investindo na informatização de seus órgãos e na automatização de seus processos internos. Passou a atuar mais intensamente na Internet com o objetivo de facilitar o acesso da população às informações e serviços do governo, tais como: participar de licitações, pagar IPVA e licenciamento de veículos, examinar as condições das estradas, comprar ingressos para eventos culturais, inscrever-se em listas de transplantes, etc. No entanto, não era toda a população que tinha acesso a esses serviços. Através de pesquisas que pudessem mostrar a dimensão da exclusão digital na Grande São Paulo, chegou-se à conclusão de que a exclusão digital refletia a exclusão social e que a causa mais provável era o custo do acesso ao computador e à Internet.

A estratégia do Programa ACESSA São Paulo, a partir desse diagnóstico, apoiou-se no tripé - acesso, capacitação e conteúdo. Em primeiro lugar, tratava-se de instalar a infra-estrutura de acesso. O passo seguinte era capacitar monitores que pudessem auxiliar o usuário na utilização do equipamento. Por fim, a idéia era criar um conteúdo que atraísse esses usuários e os estimulasse a criar seu próprio conteúdo. Este é um diferencial importante: a possibilidade de trabalhar o conhecimento acumulado por essas comunidades a partir de uma série de atividades nos infocentros, tais como: a criação de *sites*, jornais comunitários, atividades especiais para a terceira idade. Em novembro de 2002, já existiam 117 infocentros instalados – 66 na capital e 51 no interior.

Outras experiências que merecem destaque são os Clubes de Informática e o Viva Favela. Era objetivo do Viva Rio¹⁸, desde que foi criado,

[...] produzir informação para os meios de comunicação a fim de divulgar notícias das favelas que mostrassem sua realidade social, sua riqueza humana e cultural e o esforço da maioria dos moradores de desenvolver uma vida digna, em vez de se concentrar apenas na violência. (FERNANDES, 2003, p. 115)

O Clube de Informática foi a primeira ação do Viva Rio na luta contra a exclusão digital. A equipe de Informática do Viva Rio desenvolveu e ministrou, em 1998, os primeiros cursos de informática básica – Windows 95, Word, Excel, Publisher, Internet e Access – capacitando mais de 6 mil jovens (SORJ, 2003). Com a

¹⁸ Criado em 1993, o Viva Rio é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e apartidária que busca “um espaço de colaboração de todos os estratos da sociedade para confrontar os problemas criados pela desigualdade social”. (FERNANDES, 2003, p. 104)

aceitação do projeto nas favelas, a ONG criou os primeiros Clubes de Informática, que capacitam em média 20 mil alunos a cada ano (SORJ, 2003). Esse projeto é construído através de parcerias dentro das próprias comunidades que, por intermédio de representantes escolhidos na associação de moradores, escolhem e preparam o local que virá a abrigar o Clube de Informática.

A grande procura dos moradores de favelas por cursos de informática e acesso à Internet apontou ao Viva Rio a possibilidade de usar a rede mundial de computadores como meio de comunicação tanto com os moradores como com a imprensa e demais segmentos da sociedade. Uma doação de 1 milhão de dólares do portal *Globo.com* e o trabalho de uma equipe de 31 profissionais – envolvendo jornalistas, fotógrafos, técnicos e correspondentes comunitários – tornou o Viva Favela uma experiência exemplar em nível internacional. Desde que foi lançado, o portal Viva Favela oferece serviços, informações, divertimentos e oportunidades de emprego. Além disso, mantém uma parte do *site* – o Fio do tempo - com a história da favelização no Rio de Janeiro e uma outra – Favela tem memória – onde mostra que a vida na favela é maior que a violência do dia-a-dia.

O Viva Rio, mesmo depois da criação do portal Viva Favela, ainda não dispunha de locais com acesso à Internet nas comunidades de baixa renda, permitindo a efetiva integração do portal com a população local. Era necessário viabilizar a construção desse espaço e então surgiu a idéia de criar a Estação Futuro. Mas havia algumas barreiras, e a maior delas era técnica: a instalação de linhas telefônicas na Rocinha¹⁹, onde seria localizada a primeira Estação Futuro. Através de um contato com um empresário do Rio de Janeiro que estava trazendo para o Brasil um sistema de acesso à Internet através de ondas de rádio, sem instalação local de telefone, esse problema ficou resolvido. A Estação Futuro constitui um espaço com 25 computadores ligados em rede, com acesso em banda larga à Internet. Hoje existem doze Estações Futuro “unindo a ponta da exclusão com a ponta da inovação”, conforme consta no *site* oficial do projeto.

Outros projetos também se destacam na luta contra a exclusão digital: Sua escola a 2000 por hora, desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna em aliança com a

¹⁹ A Rocinha é uma das maiores favelas do Rio de Janeiro e, conforme consta em seu *site* oficial, a estimativa da Associação de Moradores é de que sua população seja de 200 mil habitantes. Disponível em <<http://www.rocinha.com.br/portugues/pessoas/numeros/indice.htm>>. Acesso em 28/05/2004.

Microsoft, a Microtec e regionalmente com a Centro Oeste Celular; Digitando o futuro, primeira rede de Internet pública do Brasil, criada pelo Instituto Curitiba de Informática; a Cidade do Conhecimento, programa do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo que promove a criação, incubação e desenvolvimento de projetos por meio de redes digitais colaborativas; o Instituto Porto Digital²⁰.

Tem sido cada vez mais comum, também, a disseminação de computadores nas escolas e bibliotecas da rede pública. A Fundação Telefônica desenvolve e apóia programas de inclusão social que utilizem a inclusão digital como estratégia preferencial e reuniu num *site*, o incluido.com.br²¹, os projetos que sustenta.

Em relação às experiências de inclusão digital no Brasil, Silveira afirma que “não existem estudos consistentes sobre o impacto incluyente desses projetos, mas sua dimensão e alcance aparentemente têm sido ainda pequenos diante da extrema carência do país”. (2003, p. 30)

Na Itália, foi criado um *site*²² – o *E-inclusionite.org* – produzido pelo Consórcio da Juventude Digital e resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal de Roma e empresas de tecnologia da informação da Itália. O objetivo é ajudar a promover o uso das tecnologias da comunicação e informação na educação e capacitação de jovens. Através do *site* e de *banners* espalhados em diversas páginas *web* que apóiam a campanha, é possível doar euros para projetos de inclusão digital do mundo todo. Basta clicar nos anúncios – os patrocinadores “pagam a conta”. É possível, ainda, pelo *site*, assinar uma declaração de apoio ao combate à exclusão digital.

Em diversos países da América Latina estão sendo implantadas iniciativas importantes de info-inclusão – especificamente através da criação de telecentros. O consórcio **somos@telecentros**²³ - Rede de Telecentros da América Latina e Caribe, coordenado pela Fundação Internacional de Quito e apoiado pelo Centro

²⁰ Algumas experiências de inclusão digital com a participação de empresas são: Accentrur; Bradesco; Companhia Vale do Rio Doce; Esso, HP; IBM; Microsoft; Philips; Politec; Pricewaterhouse Corpus; Prodemege; Sadia; Sebrae; Telefônica e Telemar.

²¹ Disponível no endereço <<http://incluido.com.br>>.

²² Disponível em <http://www.e-inclusionite.org/eng/home_eng.asp>. Acesso em 12/05/2004.

²³ Disponível em <http://www.tele-centros.org>. Acesso em 05/05/2004.

Internacional de Investigações para o Desenvolvimento do Canadá (IDRC), reúne experiências de 16 países da América Latina e Caribe.

Todos os programas de conectividade e universalização do acesso tentam enfrentar a divisão digital, mas o problema é a forma através da qual se conduz esses programas em cada país. Durante a realização da primeira fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação²⁴, os países ricos se negaram a aceitar compromissos financeiros no sentido de permitir a criação de um “Fundo de Solidariedade Digital”. Por essa e outras razões, diversas organizações e membros da sociedade civil avaliam que a Cúpula fracassou na intenção de gerar mecanismos concretos para a inclusão digital. Ainda assim, representa um espaço possível para

[...] marcar a presença com propostas efetivas e transformadoras, de apontar a exploração comercial abusiva dos custos de banda Internet nos países em desenvolvimento e discutir fundos e propostas de longo prazo para o combate à infoexclusão.²⁵

É absolutamente necessário que a sociedade da informação seja uma sociedade para todos. Para isso, é preciso investir em novas modalidades de solidariedade, associação e cooperação entre governos, setor privado e sociedade civil. O grande desafio é direcionar o potencial das tecnologias da informação e comunicação para interromper o ciclo de reprodução da miséria.

²⁴ Em dezembro de 2001, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a resolução de celebrar uma Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação que se realizaria em duas fases: em Genebra, Suíça, em dezembro de 2003 e em Túnez, Tunísia, em 2005. A proposta da Cúpula é a de dar origem à visão de uma sociedade global, buscando encontrar maneiras de efetivar esta visão através do uso de tecnologias da comunicação e informação.

²⁵ Disponível em < http://www.redistic.org/brecha/pr/11_-_Paulo_Lima_portugu%E9s.html>. Acesso em 05/05/2004.

3 SEM MEDO DE [O]USAR: EXPERIÊNCIAS CONCRETAS

[...] Eu quero entrar na rede pra contactar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão.

GIL, Gilberto. “Pela Internet”.

3.1 UM OLHAR COMPARATIVO: DUAS INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL EM CAMPOS

Em Campos dos Goytacazes, a discussão da exclusão digital é recente. O entendimento de que a organização da economia e do trabalho será cada vez mais mediada pelo computador e pela comunicação em rede leva à percepção de que todas as camadas da sociedade têm direito e precisam se qualificar para acompanhar o desenvolvimento das tecnologias, permitindo que utilizem as ferramentas de compartilhamento para exigir direitos, ampliar a cidadania e melhorar as condições de vida.

Entre as iniciativas¹ que hoje se esforçam para combater a exclusão digital em Campos, duas são objeto deste estudo: o Projeto Informática Cidadã e o Navegar é Preciso.

3.1.1. O PROJETO INFORMÁTICA CIDADÃ

Em agosto de 2000, a Cidade 21, como já dito anteriormente, manifestou sua preocupação em democratizar o acesso às novas tecnologias. Para isso, realizou uma reunião na Universidade Candido Mendes com o objetivo de discutir um projeto – o Projeto Informática Cidadã (PIC) - que pudesse ser uma resposta ao problema da

¹ Conforme informações obtidas no Portal Inclusão Digital, disponível no endereço <<http://www.idbrasil.gov.br/localidades/index.html>>, existem programas de inclusão digital pontuais em cinco escolas estaduais de Campos, além de um ponto eletrônico de presença no 56º Batalhão de Infantaria e um outro na Rádio Farol de São Tomé.

exclusão digital em Campos. Nessa reunião, representantes da Cidade 21, Universidade Candido Mendes, Universidade Federal Fluminense e do CEFET Campos se uniram para definir objetivos, formar grupos de trabalho, fazer um levantamento de possíveis parcerias e definir as primeiras ações a serem realizadas.

O coordenador do PIC, Jefferson Manhães de Azevedo², afirma que o papel fundamental da Cidade 21 era o de promover uma nova prática de intervenção social, mostrando ao poder executivo municipal como utilizar melhor os recursos públicos. A primeira etapa do projeto teve como objetivo criar um espaço onde os moradores das comunidades periféricas, principalmente jovens e adolescentes, pudessem ter acesso aos recursos tecnológicos relacionados à informática, principalmente a Internet, afastando-se da ociosidade e possibilitando a criação de projetos de geração de renda. Além disso, foi necessário examinar os critérios para escolha da primeira comunidade a ser atendida. Foram criados três grupos de trabalho: um para providenciar equipamentos e infra-estrutura, um para pensar a metodologia e um outro para estabelecer o relacionamento com as comunidades.

A princípio, eram três as comunidades candidatas a participar do projeto: o Parque Aldeia, a Codin e a Linha. Nas discussões iniciais, foram estabelecidos alguns critérios para a escolha da primeira comunidade:

- a) a necessidade de uma associação de moradores organizada;
- b) a existência de espaço físico adequado para implantação do projeto;
- c) a segurança para as atividades e recursos utilizados no projeto;
- d) o compromisso na manutenção dos equipamentos e material de consumo utilizados para o projeto.

A partir da análise de tais critérios, decidiu-se implantar o projeto piloto na Comunidade Parque Aldeia.

A Aldeia é uma favela com características bem particulares, não só pela sua história, mas também pela localização. Cresceu às margens do Rio Paraíba do Sul, o rio que atravessa a cidade e que desenha algo além da divisão territorial: a segregação espacial. A cidade está do “lado de cá” e o bairro de Guarus do “lado de lá”, ou “do outro lado”, como é comumente chamado. Em Guarus, ocupando uma extensa e

² Em entrevista concedida no dia 25/11/2003.

estreita faixa de terra entre a estrada e o rio, está a favela da Aldeia. São 1855 moradores³ vivendo em situação de risco, isto é, em uma área ambientalmente frágil que merece legislação específica.

A coordenação do PIC se reuniu com moradores da comunidade para explicar e sugerir que eles formassem um grupo de dez pessoas que estivessem dispostas a fazer o curso de informática e se tornar multiplicadores desse conhecimento.

Enquanto a coordenação do projeto e os moradores viabilizavam a montagem da sala, a equipe responsável por ministrar o curso de informática básica aos dez multiplicadores da comunidade começou a dar as aulas nos laboratórios de informática CEFET Campos. As aulas se estenderam durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro de 2000.

A proposta do Curso de Formação de Multiplicadores do PIC era instrumentalizar o morador de comunidades carentes, tornando-o capaz de desenvolver habilidades para lidar com duas realidades cada vez mais presentes em nosso cotidiano: o computador e a Internet. Para isso, ficou definido que os encontros seriam semanais, com carga horária correspondente a quatro horas.

A metodologia utilizada durante o curso de capacitação dos monitores foi construída a partir da experiência do ensino de Informática adquirida anteriormente pelos professores através do trabalho com pessoas de baixo nível de escolaridade⁴.

Assim, esses instrutores - professores do CEFET Campos e membros da Cidade 21 - se esforçaram no sentido de elaborar apostilas e exercícios que privilegiassem uma linguagem simples, procurando desmitificar o contato com a máquina.

No primeiro contato dos alunos com o ambiente informatizado, muita coisa nova: travar conhecimento o computador, entender suas partes, entrar em contato com os principais termos utilizados em Informática, aprender procedimentos básicos de uso do equipamento, a postura correta, os cuidados ao ligar e desligar a máquina.

³ Observatório Socioeconômico do Norte Fluminense - Tabela 1: Favelas em Campos – Boletim Técnico nº 05/2001– Favelas / Comunidades de Baixa Renda no Município de Campos dos Goytacazes. Ref: Agosto/2001.

⁴ Projeto João de Barro, um projeto realizado pelo então Curso de Edificações do CEFET Campos, em 1994/1995. Esse projeto atendia 10 ex-meninos com experiência de rua com o objetivo de capacitá-los para a construção de suas casas.

A seguir, os primeiros exercícios. Cabe esclarecer que a equipe responsável pela elaboração das apostilas e exercícios decidiu inovar na seleção de conteúdos e na apresentação dos mesmos. As primeiras tarefas envolvem o manuseio do *mouse* e a familiarização com o teclado⁵.

As apostilas criadas pelos professores para o Projeto Informática Cidadã fogem do convencional no sentido de não seguir o modelo tradicional dos cursos de informática em geral, que adotam uma linguagem excessivamente técnica, muitas vezes tornando complicados alguns procedimentos extremamente simples.

Ao mesmo tempo em que o aluno começava a dominar o uso do teclado e dos comandos, percebia que era capaz de aprender. A nova rotina: exercícios, apostilas, disquetes. A satisfação de fazer parte do mundo conectado. A Internet, o e-mail. Cada dia, mais segurança nas atividades usuais, mais vontade de aprender. A cada encontro, mais firmeza nas tarefas, mais curiosidade, mais empenho.

Logo no início do curso, foi realizado um questionário⁶ com o grupo de alunos objetivando construir um diagnóstico que facilitasse o “traçado” da metodologia. Oito dos dez alunos responderam às perguntas.

Esse questionário revelou algumas características importantes desse grupo de multiplicadores: em primeiro lugar, ficou comprovado que se tratava de um grupo heterogêneo no que diz respeito à escolaridade e à atividade profissional.

Todos eles já tinham cursado algum curso de informática antes mas, ainda assim, declararam que a maior dificuldade era digitar os textos. O *mouse* também representava um obstáculo na interação com o computador, fazendo com que as tarefas propostas fossem realizadas mais lentamente.

Um aspecto que chama a atenção é que, dos oito alunos, cinco declararam ter familiaridade com os termos técnicos da informática, comprovando que o computador faz parte do cotidiano das pessoas. Vale a pena ressaltar, ainda, a importância que estas pessoas davam ao aprendizado deste novo meio de

⁵ O primeiro texto a ser digitado, “Desmitificando o bicho-papão”, procura tratar a Informática como uma ferramenta que pode simplificar tarefas, e que isso não amedronta. Os textos seguintes procuram explicar os significados dos termos usados em Informática.

⁶ A íntegra do questionário faz parte dos Anexos deste trabalho.

comunicação, pois dos oito alunos entrevistados, três já tinham investido em cursos de informática pagos.

A maior facilidade em reconhecer os comandos dos programas através dos ícones talvez esteja ligada à questão da baixa escolaridade.

O quadro a seguir mostra as características do grupo de multiplicadores da Aldeia:

| PROJETO INFORMÁTICA CIDADÃ - ALDEIA | |
|---|---|
| <i>Total – 10 alunos</i> | |
| <i>Responderam ao questionário – 8 alunos</i> | |
| Atividade Profissional | |
| Desempregados | 3 |
| Estudantes | 3 |
| Comerciário | 1 |
| Professor do Ensino Fundamental | 1 |
| Escolaridade | |
| Nível Médio | 2 |
| Nível Fundamental | 1 |
| Nível Fundamental Incompleto | 5 |
| Experiência anterior | |
| Cursos pagos | 3 |
| Escola pública | 2 |
| Unidade Móvel - CEFET Campos | 1 |
| Dificuldades – Teclado | |
| Habilidade | 3 |
| Pouca habilidade | 4 |
| Dificuldade | 1 |
| Mouse | |
| Habilidade | 3 |
| Pouca habilidade | 1 |
| Dificuldade | 3 |
| Tela | |
| Habilidade | 7 |
| Pouca habilidade | - |
| Dificuldade | 1 |
| Compreensão dos ícones | |
| Familiaridade | 7 |
| Não tem familiaridade | 1 |
| Dificuldade | - |
| Termos de informática | |
| Familiaridade | 5 |
| Não tem familiaridade | 2 |
| Dificuldade | 1 |
| Principais dificuldades | |
| Acesso ao computador | 1 |
| Teclado/Digitação | 3 |
| Programas | 1 |
| Salvar documentos | 1 |
| Não especificou | 1 |
| Nenhuma dificuldade | 1 |

Acessar a Internet, para eles, foi a possibilidade real de conhecer outros mundos, outras realidades. Ao serem perguntados sobre o que era a Internet, responderam:

- “É a maior rede de todo o mundo? A Internet é muito bom, através dela podemos falar com muitas pessoas”.
- “É uma janela que podemos nos comunicar com o mundo e pessoas em vários lugares”.
- “Nome dado à possibilidade de ligação entre milhares de computadores do mundo inteiro e feito o acesso através de um modem e uma linha telefônica”.
- “Não posso falar ainda porque nunca entrei nesse programa. Espero entrar”.
- “É um meio de comunicação por computador onde todos estão interligados em rede que pode ser telefone, cabo, fibra ótica, etc. Sendo o mais comum o telefone”.
- “É uma rede mundial que liga diversas sub-redes, onde podemos nos comunicar com as pessoas de todo o mundo”.
- “É um meio de comunicação onde todos os usuários se comunicam entre si”.
- “Pretendo saber”.

Em relação ao que eles imaginavam ser a principal utilidade da Internet, as respostas foram:

- “Se comunicar, integrar em todo mundo”.
- “A principal utilidade é que podemos conversar com as outras pessoas e passar informações”.
- “A comunicação das pessoas com o mundo, mais a variedade de compras sem sair de casa”.
- “Para mim a Internet é fundamental para várias coisas. Só sei que é bastante utilizada hoje em dia”.
- “A principal utilidade é tornar mais conveniente a comunicação, obtendo assim bons resultados na vida financeira, como compra e venda de produtos ou divulgação na forma de comercial”.
- “Comunicar com diversas pessoas”.
- “Compras, passar e-mail, pesquisas, trabalhos”.
- “Sei que são muitas, mas ainda não conheço”.

O questionário revela que todos os alunos, desde o início do curso, tinham a noção de que a Internet é uma rede e que, através dela, estariam ligados a qualquer

parte do mundo. A comunicação, para a maioria, é a principal utilidade dessa imensa rede, evidenciando a expectativa de todos em poder, a partir da Internet, trocar idéias, compartilhar informações e interesses comuns e ampliar o conhecimento.

Além desses, foram vários os depoimentos registrados pela equipe de professores durante as aulas. Um deles, particularmente emocionante, foi o do Sr. Custódio, o “aluno” mais velho do grupo, quando criou seu endereço eletrônico e passou a ter um *e-mail*: “Hoje eu estou me sentindo como no dia em que tirei minha carteira de identidade”.

Depois de vinte encontros, os multiplicadores já começavam a se tornar auto-suficientes e se mostraram ansiosos para formar as turmas na comunidade, passando adiante o que tinham aprendido. Organizaram-se em duplas e abriram as listas de interessados. Criaram os critérios de seleção, formaram turmas de dez alunos. Agora eles são os instrutores e passam a ter a oportunidade de repassar o que sabem, organizando seu próprio material com conteúdos escolhidos por eles, com significância para sua comunidade.

No dia 21 de abril de 2001, foi inaugurada a sala do PIC na Associação de Moradores da Aldeia. O projeto teve bastante repercussão na cidade e caminhou bem até o mês de julho quando, conforme relata o coordenador do Informática Cidadã, Jefferson Azevedo, a sala onde o funcionava o projeto foi fechada por motivos políticos.

[...] O Presidente da Associação começou a achar que nosso projeto ia prejudicá-los politicamente, mas aí ele ficou numa situação difícil, porque ao mesmo tempo em que a Prefeitura não dava nada pra comunidade [...] ele era um servidor... ele trabalhava numa empresa terceirizada pela Prefeitura, arranjado pelo Prefeito – como todos os presidentes de comunidades – e ele tava numa situação muito difícil... inclusive ele saiu da comunidade, de tanta pressão”.⁷

A interrupção do projeto foi um complicador que se somou a outros, tais como as limitações do trabalho voluntário – tanto das empresas como dos profissionais envolvidos - e os conflitos internos do grupo responsável por gerenciar a sala. Na análise de Azevedo, o PIC “mexeu politicamente na cidade”. E continua:

⁷ A íntegra da entrevista faz parte dos Anexos deste trabalho.

[...] a melhor forma de matar um projeto daqueles era, do lado, criar uma sala com equipamentos todos novos – um Navegar é Preciso. Então, sem precisar criar nenhum tumulto, eles poderiam ter feito isso. Como nós percebemos que isso vai ser feito de alguma maneira, nós nos antecipamos.

A coordenação do PIC procurou a Prefeitura e propôs que fosse instalado, na sala onde funcionou o Informática Cidadã, um núcleo do Navegar é Preciso⁸, com uma proposta diferenciada: na Aldeia, a Prefeitura poderia contratar, como instrutores, os multiplicadores que já estavam trabalhando no PIC.

A negociação com a Prefeitura avançou e hoje, na comunidade, está implantado um Navegar é Preciso que funciona em moldes diferentes dos que existem em outros pontos da cidade: os equipamentos são todos novos, a Prefeitura é responsável pela manutenção e os instrutores são os próprios moradores da comunidade, que foram “formados” pelo PIC.

O Informática Cidadã teve o mérito de possibilitar o acesso dessa comunidade ao computador e à Internet. Além disso, é possível supor que tenha provocado um movimento na sociedade, instigando o surgimento de uma iniciativa pública de inclusão digital em Campos – o Navegar é Preciso.

3.1.2 O NAVEGAR É PRECISO

No verão de 2002, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes inaugurou, na Praia do Farol de São Thomé⁹, num *stand* à beira-mar, um espaço onde os veranistas pudessem ter acesso à Internet.

Iniciava-se o Projeto Navegar é Preciso. O Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC) implantou a primeira unidade desse projeto na Praia do Farol, a cerca de 50km de Campos, no verão de 2002. Etevaldo Siqueira¹⁰, formulador do projeto, relata que a idéia do Navegar é Preciso surgiu no momento em que a Prefeitura de Campos se reestruturou e criou o Centro de Informação e Dados de Campos (CIDAC), ligado à Secretaria de Planejamento. Segundo Siqueira, o CIDAC

⁸ Iniciativa de inclusão digital da Prefeitura Municipal de Campos, descrito no item 3.3.2 deste capítulo.

⁹ A Praia do Farol de São Thomé fica a 48 km de Campos. É um balneário altamente freqüentado pelos campistas durante o verão.

¹⁰ Em entrevista concedida no dia 27/11/2003.

foi instituído com o objetivo de concentrar, num banco de dados, as informações que estavam dispersas nas Secretarias Municipais. Afirma, ainda, que esse banco de dados daria suporte ao Departamento de Pesquisa e Projeto, visto que para buscar recursos junto ao Governo Estadual ou Federal, é necessário elaborar um projeto com informações detalhadas. No Departamento de Disseminação da Informação, ligado ao CIDAC, surge, então, a idéia do Navegar é Preciso – onde se pudesse oferecer acesso à Internet e coletar dados. Nas palavras de Siqueira:

[...] Então, qual era o objetivo? Era de você criar uma cultura na comunidade de ter acesso e falar a nível de Internet, a nível virtual, com o poder público. E pensando como fazer isso... Como fazer?... Como criar essa cultura? Surgiu a idéia do Navegar.

A primeira unidade do Navegar é Preciso, no Farol, começou a realizar o cadastro de cada usuário, recolhendo informações sobre o bairro onde ele vivia.

[...] ali a gente orientava as pessoas, por exemplo, assim: Tá passando lixo na sua rua? Sua rua ta faltando iluminação? Ta faltando água? Ta faltando calçamento? Então ali, as pessoas além de navegar na Internet, tinham um contato com o poder público. No final do dia, a gente tirava uma relação daquelas informações que as pessoas estavam necessitando, direcionava pra cada secretaria responsável, no dia seguinte, na ficha da pessoa que tava inscrita, já tinha a resposta.

O sucesso desse projeto estimulou a criação de um núcleo do Navegar é Preciso, em abril de 2002, na cidade de Campos. O local escolhido foi o prédio da antiga sede da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, na Praça São Salvador, no centro da cidade. Nesse local de movimento intenso, perto do Terminal Rodoviário Urbano, uma inscrição na porta de *blindex* convida: “Navegar é preciso”. Quem entra, encontra um ambiente agradável, uma ante-sala com balcão, algumas cadeiras, ar condicionado e recepcionista. Uma divisória dá acesso à outra sala, com 14 computadores ligados em rede, *drive* de disquete, cd-rom e caixas de som, conexão à Internet em banda larga e uma impressora matricial. Para ter acesso à sala dos computadores, é preciso preencher um cadastro com nome, endereço, local de trabalho e renda. Imediatamente se recebe uma carteirinha com um número de inscrição, que dá direito a utilizar os equipamentos por meia hora. Seis instrutores circulam pelo ambiente para orientar, se necessário, os usuários dos micros.

Ainda segundo Siqueira, o cadastro dos usuários do Navegar é Preciso da Praça São Salvador foi fundamental para determinar a localização das futuras unidades do projeto:

[...] o cadastro começou a dar pra gente... Por exemplo, vinha gente do bairro IPS... Qual o percentual de pessoas que vinham do bairro IPS, da Pecuária, do Jóquei? Aí nós começamos a projetar em função da demanda os outros, os próximos Navegares.

No *site* oficial da Prefeitura de Campos¹¹, é possível acessar, através de um *link*, o Navegar é Preciso¹², onde se obtém informações tais como: endereços e horário de funcionamento das unidades, cursos oferecidos e tecnologia adotada. Na página principal do projeto, afirma-se:

A Prefeitura de Campos dos Goytacazes vem desenvolvendo desde 2001, importante projeto voltado para formação de uma sociedade participativa dos benefícios ofertados pela evolução tecnológica dos tempos atuais. Trata-se do Projeto NAVEGAR É PRECISO, voltado para a democratização do acesso a Internet pública gratuita e cursos básicos de informática.¹³

Ainda no *site* do Navegar, firma-se como objetivo geral do projeto “acabar com a exclusão digital no município, através da utilização da tecnologia da informação como instrumento para construção e exercício da cidadania” e como objetivos específicos¹⁴:

- a) Montar a primeira rede de Internet pública no município de Campos dos Goytacazes;
- b) Proporcionar no âmbito do Navegar é Preciso, um ambiente onde os usuários possam utilizar os diversos recursos existentes, tais como acesso a Internet;
- c) Compartilhamento de informações e recursos como impressoras, etc.
- d) Fornecer um correio eletrônico para troca de informações;
- e) Difundir informações e cultura em ambiente de rede e conseqüentemente o conhecimento técnico para assegurar suporte aos usuários.

¹¹ Disponível no endereço <<http://www.campos.rj.gov.br>>

¹² Disponível no endereço <<http://www.navegar.campos.rj.gov.br>>

¹³ Disponível no site oficial do projeto, em <<http://www.navegar.campos.rj.gov.br>>. Acesso em 28/04/2004.

¹⁴ Disponível no site oficial do projeto, em <<http://www.navegar.campos.rj.gov.br>>. Acesso em 29/04/2004.

Para o presente trabalho, foi realizado um questionário¹⁵ com cinquenta pessoas em duas unidades do Navegar é Preciso – Praça da República e Avenida Pelinca - com o objetivo de traçar um breve perfil do usuário do Navegar é Preciso. O questionário mostra, entre outras coisas, que a maioria das pessoas utiliza o Navegar pelo menos uma vez por semana. Mostra, ainda, que quase todos já tinham acesso ao computador e Internet antes de começar a freqüentar esse espaço. É importante ressaltar que, ao responder se consideravam a implantação de telecentros como um avanço para a sociedade, todos os entrevistados se manifestaram afirmativamente. A seguir é apresentada, num quadro, a tabulação das respostas obtidas no questionário:

| Navegar é Preciso | |
|--|----|
| Total de entrevistados - 50 | |
| <i>Há quanto tempo freqüenta</i> | |
| Primeira vez | 7 |
| Há menos de 1 ano | 32 |
| Há mais de 1 ano | 11 |
| <i>Com que freqüência</i> | |
| Pelo menos 1 vez/semana | 21 |
| Só quando preciso | 13 |
| Outra resposta | 16 |
| <i>Já usava computador</i> | |
| Sim | 42 |
| Não | 8 |
| <i>Maior dificuldade</i> | |
| Digitar | 12 |
| Reconhecer os símbolos | 24 |
| Palavras técnicas | 33 |
| Internet | 11 |
| Outra resposta | 6 |
| <i>O que muda</i> | |
| Mais apto para o emprego | 23 |
| Facilitou a comunicação | 39 |
| Mais serviços | 8 |
| Mais informado | 16 |
| <i>O que mais gosta</i> | |
| Navegar | 5 |
| Jogar | 17 |
| Bater papo | 28 |
| <i>O que pode melhorar</i> | |
| Nada a melhorar | 7 |
| Usar por mais tempo | 28 |
| Mais computadores | 15 |
| <i>É um ganho para a sociedade?</i> | |
| Sim | 50 |
| Não | 0 |

¹⁵ O questionário consta dos Anexos deste trabalho.

Os questionários utilizados na Aldeia e nas unidades do Navegar é Preciso, embora tenham sido aplicados com diferentes objetivos, revelam alguns aspectos importantes em relação ao perfil dos usuários dos dois projetos.

No que diz respeito ao uso do computador, a quase totalidade dos usuários do Navegar declara já ter usado computador antes de freqüentar o telecentro. Já na Aldeia, a realidade se mostrou diferente. Em relação ao uso da Internet, o aspecto da comunicação parece ganhar importância também entre os usuários do Navegar, visto que a maioria utiliza o telecentro para bater papo e se relacionar com outras pessoas e 39, dos 50 entrevistados, afirmam que o uso da Internet muda a vida deles no que diz respeito à facilidade de comunicação.

O Navegar é Preciso vem, aos poucos, ampliando suas unidades em Campos e confirmando ser um importante ponto eletrônico de presença na cidade.

3.2 REVENDO CAMINHOS

O Informática Cidadã e o Navegar é Preciso representam dois esforços de combate à exclusão digital em Campos com características muito peculiares. Ambos oferecem acesso compartilhado entre várias pessoas que, dessa forma, não têm obrigação de possuir uma infra-estrutura individual de acesso, ou seja, computador, linha telefônica e modem. Sob esse aspecto, os projetos funcionam de forma idêntica.

Mesmo sem tentar estabelecer uma ampla teoria sobre o nome próprio, fica fácil perceber o que pretende cada uma das iniciativas: o Informática Cidadã privilegia a ampliação da cidadania através da informática; o Navegar é Preciso, o acesso à Internet. Com o objetivo de ampliar a compreensão desses projetos, foram eleitos alguns pontos de análise.

Quanto à **origem e articulação**, o Informática Cidadã começa da parceria firmada entre ONG, empresas e associação de moradores. A Cidade 21 elaborou o projeto, ofereceu o apoio técnico-pedagógico, articulou as parcerias. As empresas que se comprometeram com o PIC foram: *Computer Line* – disponibilizou a conexão rápida através de antena de rádio; *Interface* – manutenção de impressoras; *Multitec* – montagem dos micros e manutenção geral dos equipamentos; *Universidade*

Candido Mendes e CEFET – estagiários e funcionários na instalação dos servidores e computadores e no cabeamento da rede. Já o Navegar é Preciso foi implantado com ajuda financeira do BNDES e, segundo o coordenador do projeto, não houve “dificuldade nenhuma” para a instalação das unidades.

Em relação à **base metodológica de inspiração**, as Escolas de Informática e Cidadania do CDI foram a principal inspiração para a criação do Projeto Informática Cidadã. Segundo Azevedo, havia um diferencial:

[...] inicialmente nosso projeto já tinha uma idéia de geração de renda [...]a gente também queria que o pessoal pudesse montar uma *home page* pra gerar conteúdo, então existia algumas diferenciações... nós não éramos só uma escola de informática... [...] outro diferencial nosso era a questão do acesso à Internet [...] elemento fundamental pra gente. O CDI não tinha isso como elemento central.

Por sua vez, os formuladores do Navegar é Preciso visitaram experiências bem sucedidas de inclusão digital realizadas pelo governo municipal de Curitiba e também em Belo Horizonte “pra ver toda essa estrutura, os modelos [...] pra gente tentar pegar o que fosse melhor”, relata Siqueira¹⁶.

O Informática Cidadã e o Navegar é Preciso perseguem **objetivos** diferentes. As divergências se revelam nas opções e prioridades adotadas na implantação do projeto e em seu gerenciamento. Conforme esclarece Jefferson Manhães de Azevedo, coordenador e formulador do PIC, a concepção desse projeto nasceu da preocupação da ONG Cidade 21 em propor ações voltadas para o desenvolvimento regional. A idéia era implantar, numa região pauperizada da cidade, um espaço onde as tecnologias da comunicação e informação pudessem atuar na elevação da auto-estima e na ampliação da cidadania dos moradores. Para isso, tem a proposta de disseminar o ensino da informática capacitando multiplicadores recrutados na própria comunidade atendida pelo projeto. A sala de aula é um espaço gerenciado pela comunidade, que tem poder de decisão sobre a gestão desse espaço. Cada aluno pode se tornar um multiplicador, compartilhar seu conhecimento e tornar-se sujeito de sua história. Cabe ressaltar, ainda, que o envolvimento da comunidade no planejamento e no processo decisório é uma estratégia interessante que tem tido sucesso na maioria das cidades onde é adotada. Este é um diferencial importante entre os dois projetos.

¹⁶ Entrevista concedida em 27/11/2004. Consta, na íntegra, dos Anexos deste trabalho.

O Navegar é Preciso surgiu com o propósito de, além de oferecer à população um espaço público com acesso gratuito à Internet, realizar cadastro de usuários para construir uma base de dados municipal. As pessoas que utilizam as unidades não se envolvem com as questões de seu funcionamento, não participam da escolha do local de implantação, não tomam parte no controle e fiscalização do telecentro. Por trabalharem em turnos, os instrutores, contratados pela Prefeitura, não criam vínculo com os usuários, que se renovam de meia em meia hora. O relacionamento instrutor – usuário no PIC se dá de uma forma diferente, já que os encontros acontecem regularmente durante o período de duração dos cursos. Assim, em relação à **autonomia e participação do usuário**, o que se pode verificar é que os dois projetos têm uma configuração bem diferente.

Outro ponto relevante está na definição do **foco principal** de cada projeto: o PIC trabalha a inclusão digital voltada à ampliação da cidadania, ou seja, enfatiza o acesso à informação e ao conhecimento aliado ao desenvolvimento de capacidades, criação de confiança e segurança na utilização das TCIs; o Navegar é Preciso se preocupa em disponibilizar o acesso e alfabetizar tecnologicamente.

Uma outra diferença marcante entre as duas iniciativas é a escolha da **localização** dos núcleos. Identificar áreas com maior urgência de receber os núcleos de acesso público tem sido a estratégia adotada pela maioria dos governos na implantação de telecentros. Os telecentros, quando instalados em áreas degradadas, agem como elemento capaz de recuperar e requalificar tais áreas. É importante ressaltar que a II Oficina de Inclusão Digital – iniciativa conjunta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da sua Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, o Sampa.org e Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) - discutindo e definindo as estratégias de inclusão e equiparação de oportunidades para a população brasileira em relação aos recursos das tecnologias de informação e comunicação existentes, definiu que a implantação dos telecentros deve ser realizada com o envolvimento da comunidade, “em espaços que tenham credibilidade, liderança e respeito da comunidade”¹⁷.

Na Aldeia, a implantação do Informática Cidadã revitalizou o prédio onde funciona a Associação de Moradores e seu entorno. Os moradores passaram a se

¹⁷ Disponível em < <http://ecologiadigital.net/pblog/iioficina.htm>>. Acesso em 03/03/2004.

sentir responsáveis pelo espaço e, inclusive, começaram a utilizá-lo com mais frequência. Já a implantação das unidades do Navegar é Preciso segue uma outra lógica – o que determina a localização dos novos telecentros é o fluxo de usuários de cada unidade, revelado através dos cadastros. Nesse aspecto, não há uma preocupação da Prefeitura em identificar áreas menos privilegiadas da cidade e revitalizá-las com a implantação do telecentro. A preocupação fundamental é o cadastro em si e a formação de um banco de dados. O quadro abaixo resume, enfim, as especificidades e semelhanças entre as duas iniciativas de Campos:

PRINCIPAIS PONTOS DE ANÁLISE

| PRINCIPAIS PONTOS DE ANÁLISE | NAVEGAR É PRECISO | INFORMÁTICA CIDADÃ |
|--|--|---|
| ORIGEM E ARTICULAÇÃO | Poder Público - Prefeitura Municipal de Campos | Cidade 21- empresas- associação de moradores |
| IMPLANTAÇÃO | Janeiro de 2002 | Abril de 2001 - primeira unidade implantada. |
| PROJETO PILOTO | Sim. Praia do Farol de São Thomé | Sim. Comunidade Parque Aldeia |
| RECURSOS FINANCEIROS | Prefeitura Municipal de Campos - BNDES | Parcerias e doações |
| ESTRUTURA | Recepcionistas, instrutores. | Comunidade gerencia o espaço. |
| PARCERIAS | Não. | Associação de Moradores – Empresas. |
| SITE | Sim. | Não. |
| BASE METODOLÓGICA DE INSPIRAÇÃO | A idéia inicial foi formar um banco de dados dos moradores do município de Campos. | Comitê para Democratização da Informática (CDI). |
| OBJETIVOS | Oferecer acesso à Internet e cadastrar usuários, formando uma base de dados municipal. | Chamar a atenção para uma aplicação dos recursos públicos num projeto que pudesse contribuir para a inclusão social através das TCIs. |
| RECURSOS DISPONÍVEIS | Acesso livre à Internet, monitorado por instrutores, impressão de documentos. | Acesso livre à Internet, monitorado pelo responsável pela sala, impressão de documentos, atividades comunitárias em rede. |
| OPÇÃO TECNOLÓGICA | <i>Software</i> proprietário. | <i>Software</i> proprietário. |
| SUSTENTABILIDADE DO PROJETO | Recursos públicos. | Contribuição mensal do usuário. |
| AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO | O usuário não participa das decisões relativas ao funcionamento do telecentro. | A comunidade tem poder de decisão sobre a gestão do Projeto. |

3.3 REDISCUTINDO A INCLUSÃO DIGITAL

O relato das experiências de inclusão digital no Brasil e, logo depois, em Campos têm, na verdade, como pano de fundo, o debate extremamente rico e atual sobre o que se entende por inclusão digital. As duas iniciativas examinadas neste trabalho – o Informática Cidadã e o Navegar é Preciso – se reconhecem como projetos de combate à exclusão digital. Mas de que forma percebem esse conceito?

A definição mínima diz respeito à universalização do acesso ao computador e aos conhecimentos mínimos para manuseá-lo com autonomia. Hoje começa a existir um consenso que torna mais amplo o conceito de inclusão digital e o vincula ao acesso à Internet. Portanto, a inclusão digital depende de alguns elementos tais como o computador, o telefone, o provedor de acesso e o domínio de alguns *softwares* aplicativos.

Uma política pública de inclusão digital constitui uma política de acesso a alguns elementos fundamentais da era informacional, tais como:

- a) à rede mundial de computadores, através de computadores conectados a um provedor;
- b) aos diversos conteúdos da rede - da pesquisa à diversão;
- c) à caixa postal eletrônica;
- d) a modos de armazenamento de informações;
- e) às linguagens básicas para usar a rede – *chat*¹⁸, listas de discussão, fóruns;
- f) às técnicas de produção de conteúdo.

A maioria dos programas de inclusão digital se volta apenas ao acesso à conexão, deixando de levar em conta que esse é apenas o passo inicial. Não adianta apenas colocar computadores novos em prédios bonitos e disponibilizar conexão à Internet. Há hoje o consenso de que é preciso agregar valor a essa conexão. Conectividade não é só uma questão de infra-estrutura e sim de conteúdo. É preciso torná-la relevante para a vida das pessoas. O treinamento no uso do computador e da Internet – a chamada “alfabetização digital” – é só o começo. É preciso ir além e desenvolver as capacidades necessárias junto à população para que todos possam

¹⁸ Forma de comunicação através da Internet, similar a uma conversação, na qual se trocam, em tempo real, mensagens escritas.

aproveitar os benefícios das tecnologias, transformando a informação disponível em conhecimento.

Tornam-se cada vez mais claras as diferenças entre as diversas políticas de inclusão no que se refere aos diferentes modelos de acessibilidade. Esses modelos estão reunidos numa tipologia que considera as opções adotadas em cada um dos seis blocos de soluções, segundo Silveira (2003, p. 34):

- a) Unidades de inclusão: bibliotecas informatizadas e conectadas à rede; laboratórios escolares de informática conectados à Internet; salas de aula informatizadas e conectadas; telecentros; quiosques; totens ou orelhões de Internet.
- b) Opções tecnológicas: sistema operacional livre ou proprietário; hardware com soluções inovadoras ou tradicionais, de uso individual e caseiro; aplicativos *copyright* ou *copyleft*¹⁹, voltados à interação e à solução de problemas das comunidades.
- c) Atividades disponíveis: uso livre, limitado ou monitorado; impressão de documentos; cursos presenciais e à distância; acesso a correio eletrônico e a área de arquivo própria; atividades comunitárias em rede.
- d) Monitoria das unidades: com ou sem monitores e orientadores contratados; com ou sem o envolvimento de voluntários; com ou sem o controle da comunidade, a partir de conselhos gestores eletivos.
- e) Sustentabilidade das unidades: recursos do fundo público; recursos das empresas; contribuições individuais e coletivas; cobrança do usuário.
- f) Autonomia e participação das comunidades: comunidades com poder de decisão sobre a gestão; comunidades com poder consultivo sobre a gestão; comunidades com poder fiscalizador sobre a gestão; comunidades com poder orçamentário sobre o programa; comunidades com poder de planejar o futuro do programa.

Assim, o Informática Cidadã pode ser descrito como um telecentro que adota a opção do *software* proprietário, disponibiliza o uso livre, a impressão de documentos, cursos e atividades comunitárias em rede. Os monitores são pessoas da própria comunidade, que têm poder de decisão sobre a gestão do telecentro. A sustentabilidade do projeto se dá através de contribuição do usuário.

¹⁹ Em contraposição ao conceito de *copyright*, que caracteriza o direito de propriedade, *copyleft* significa “livre para disseminação”, ou seja, as obras sob *copyleft* podem ser copiadas, distribuídas e alteradas. As únicas restrições são manter o crédito para a fonte original e a licença *copyleft*.

Por sua vez, o Navegar é Preciso é um telecentro que adota a opção do *software* proprietário, disponibiliza o uso limitado, impressão de documentos, cursos. Os monitores são universitários contratados pela Prefeitura. Os recursos públicos são responsáveis pela manutenção do projeto e o usuário não se envolve nas questões referentes à gestão do telecentro.

Um telecentro propicia a aprendizagem cooperativa quando é um espaço que promove vivência comunitária e de prática cidadã. Nesse sentido, contribui para o crescimento individual e coletivo e, mais ainda, para a descoberta de um novo campo de participação. Nesse ponto, o Informática Cidadã foi bem sucedido. É preciso destacar, no entanto, que o Navegar é Preciso é um programa em andamento e inclusive vem tentando, na Aldeia, estabelecer um novo molde de funcionamento, ao contratar como instrutores os moradores da comunidade.

Sem dúvida, disponibilizar tecnologia à população é democratizar o acesso à informação. Mas só no momento em que o computador passa a ser também um meio de acesso ao conhecimento, ao trabalho, ao contato e troca entre pessoas de uma comunidade é que se torna possível o desenvolvimento do pensamento crítico e exercício pleno da cidadania. Assim, o fim não deve ser disponibilizar tecnologia, mas sim permitir que o computador seja um instrumento para a integração de indivíduos na sociedade. Incluir os usuários na mídia digital é também possibilitar a geração de renda. Inclusão digital é construção de conhecimento, é apropriar-se do instrumento para incluir-se socialmente.

3.4 COMO O SOFTWARE LIVRE ENTRA NISSO?

Um *software* livre é um programa de computador com código aberto, “construído” de forma compartilhada, tornando possível a qualquer técnico estudá-lo, alterá-lo, adaptá-lo às suas próprias necessidades e redistribuí-lo, sem restrições²⁰. Geralmente são *softwares* gratuitos, mas a sua principal característica é a de ser desenvolvido por milhares de programadores espalhados pelo mundo e que se mantêm em contato através da rede. Formam a chamada “Comunidade Software

²⁰ O termo “software aberto” é usado para significar algo próximo (mas não idêntico) a “software livre”. Pesquisadores do Projeto GNU afirmam que preferem “o termo ‘software livre’ porque, uma vez que você tenha aprendido que ele se refere à liberdade e não ao preço, você se preocupará com a questão da liberdade”. O site do Projeto GNU está disponível no endereço <<http://www.gnu.org/home.pt.html>>.

Livre” e têm o entendimento de que é necessário que se devolva para a comunidade tudo aquilo que se retira dela. Representa, portanto, uma postura positiva diante da vida, procurando recuperar o valor ético da palavra solidariedade.

O *software* livre revoluciona a noção de trabalho nesse novo século e modifica a estrutura imposta pela Revolução Industrial, que priorizou a produção e o consumo de massa. Pressupõe a existência de quatro liberdades:

Liberdade 0: Liberdade de executar o programa para qualquer propósito.

Liberdade 1: Liberdade para estudar o programa, e adaptá-lo às suas necessidades, ou seja, ter acesso ao seu código-fonte.

Liberdade 3: Liberdade de redistribuir suas cópias originais ou alteradas.

Liberdade 3: Liberdade para aperfeiçoar o programa e liberá-lo para benefício da comunidade. (SILVEIRA, 2001, p.38)

O homem convive com a produção do conhecimento desde a criação do universo. Na história da humanidade, os processos criativos faziam circular o conhecimento como um público. A matemática e as outras ciências que são a base de sustentação de qualquer nova idéia são a prova disso. No entanto, a partir de certo momento da nossa história, surge o conceito de propriedade intelectual, passando a tratar o conhecimento como um bem privado. A idéia passa a ser um produto que, como qualquer outro, pode ser comprado ou vendido, e até mesmo protegido de outras pessoas que desejam obter a mesma informação.

Ao assumirmos conscientemente que qualquer idéia pode ter um dono, a produção social do conhecimento livre deveria ser considerada por todos nós como uma afronta, afinal, as idéias produzidas hoje são fruto de um conhecimento anterior, que se manteve livre até agora (VALOIS, 2003, p. 287).

O fato de uma empresa deter o direito sobre qualquer produto faz com que ela determine o preço de venda ao consumidor, “o que nos leva a pensar que o *direito intelectual* (ou autoral) é comparável a uma concessão pública de um monopólio privado” (VALOIS, 2003, p. 291).²¹

²¹ Vale a pena lembrar um fato ocorrido no Brasil, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando José Serra, então Ministro da Saúde, ameaçou quebrar patentes da produção de um medicamento antiaids que era produzido

Os direitos de *copyright*²² adotados por um acordo internacional na verdade tomam para si o direito individual sobre todo o conhecimento acumulado até hoje pela sociedade. Invertendo as regras do direito autoral surge, como uma alternativa, o *copyleft*, que assegura o reconhecimento do autor mas permite

[...] que qualquer outra pessoa possa intervir, alterando, reproduzindo, redistribuindo e, por fim, revendendo esse produto. A única restrição é que ninguém pode dizer-se *dono daquele produto*, independentemente de quanto tenha influído na sua geração (VALOIS, 2003. p. 294).

É dessa maneira que o Movimento *Software Livre* trata a questão dos direitos autorais - o conhecimento é um instrumento de solidariedade. Essa nova forma de produzir e gerir o conhecimento “promove um retorno da importância do ser humano no jogo da vida” (DIMANTAS, 2003, p. 330). A filosofia do *software* livre recupera a idéia de que o ato de compartilhar informações e conhecimento garantiu a maioria dos avanços científicos da humanidade e defende que o conhecimento já estabelecido pode ser transformado e apropriado coletivamente.

A opção pelo *software* livre está cada vez mais presente nas decisões da sociedade da informação e representa um avanço do ponto de vista tecnológico - é a possibilidade de inserção no cenário mundial, “é um elemento de afirmação de nossa cidadania, de nossa inteligência coletiva, de redução da dependência tecnológica e do pagamento de royalties ao Primeiro Mundo”. (SILVEIRA, 2001, p. 39)

Do ponto de vista do setor público, a adoção do *software* livre traz a enorme vantagem de economizar quantias extraordinárias com o pagamento de licenças de programas proprietários.

O Brasil gasta atualmente cerca de US\$ 1 bilhão por ano com o pagamento de licenças de uso de software. Essa já seria uma razão suficiente para investir pesadamente no emprego e desenvolvimento do software livre como uma política pública, o que, de fato, está sendo

por um único fabricante com o objetivo de facilitar a distribuição do produto para os portadores do vírus da aids. Fica claro que, nesse caso, os interesses econômicos estavam acima dos interesses da coletividade – só sobreviveria quem pudesse pagar.

²² Direito exclusivo de imprimir, reproduzir ou vender obra literária, científica ou artística. (Aurélio)

assumido pelo governo federal e por dezenas de administrações públicas espalhadas pelo país.²³

O Estado não pode ficar refém de uma tecnologia e da empresa que a detém. Como ente fomentador do desenvolvimento tecnológico e da universalização do acesso às tecnologias da informação e comunicação, não pode deixar de priorizar a utilização de programas abertos.

Hoje, no Brasil, a idéia é vincular inclusão digital e *software* livre. Nas palavras do presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Sérgio Amadeu da Silveira, “os planos de inclusão digital não podem ser programas de adesão compulsória a *softwares* proprietários” (2001, p.39).

O *software* livre contribui com a inclusão digital nos aspectos de redução de custos e na ampliação do conhecimento humano. O *software* livre é socialmente justo, tecnologicamente sustentável e economicamente viável. No entanto, nenhum dos dois programas examinados neste trabalho optou pela utilização do *software* livre, talvez pelo pouco alcance dessa opção tecnológica na época da implantação dos projetos. Na verdade, trata-se de uma discussão recente que, somente agora, no atual governo, encontra apoio e incentivo.

²³ Disponível em
<http://agenciartamaior.uol.com.br/agencia.asp?id=1895&ed_editoria=004&coluna=reportagens>. Acesso em 06/06/2004.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Conforme vimos no capítulo anterior, as experiências bem sucedidas de inclusão digital no Brasil têm mostrado que a construção de uma sociedade da informação inclusiva é um projeto coletivo – respaldado por uma cooperação eficaz entre governos, setor privado e sociedade civil. É interessante, portanto, refletir um pouco sobre o caráter destas esferas de atuação pública e sua articulação, principalmente no que diz respeito à luta contra a exclusão digital.

Público e privado são termos que sempre estiveram cercados de ambigüidades semânticas, revelando suas dimensões ao mesmo tempo contraditórias, complexas e multiformes.

Tratam-se de categorias de origem grega que nos foram transmitidas em sua versão romana. Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da *pólis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *óikos*, que é particular a cada indivíduo (*ídia*). (HABERMAS, 1984, p. 15)

A princípio, o que é de interesse público pode parecer antagônico ao que é de interesse do indivíduo ou de um grupo de indivíduos com demandas específicas – que seria definido como interesse privado. O termo “público”, do latim *publicus*, diz respeito a “todos”, remete à idéia de coletividade, ao que é de todos. Em contrapartida, o que é “privado” relaciona-se ao que é particular.

Neste ponto, é imprescindível trazer a compreensão de Habermas a respeito da mútua interferência dessas esferas:

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de

solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. (HABERMAS, 1984, p.99)

Buscando mapear os limites entre público e privado, percebe-se que essas fronteiras já se movimentaram bastante ao longo do tempo. Durante o século XVIII, o homem público era compreendido como um ator e a vida social percebida como um teatro. O espaço público era, assim, “um conjunto de rituais de discurso, vestuário e comportamento que demarcavam a fronteira entre a vida pública e a vida privada”. (DUPAS, 2003. p. 29)

Com o Iluminismo¹, amplia-se o sentido de esfera pública, que se torna mais fortalecido com as revoluções americana e francesa. Durante esse período institucionalizam-se alguns direitos políticos e civis e se estabelece um sistema judiciário para mediar conflitos. Nesse sentido, o Iluminismo representou uma tentativa de equilíbrio entre as esferas pública e privada. Embora não houvesse um conceito claro de espaço privado, havia uma distinção entre público – espaço de cultura, criado pelos homens – e privado – representado pela família.

A esfera pública exigia liberdades civis – direito de associação e de expressão – e passou a ser constituída por órgãos de informação e de debate, como instituições de discussão personificadas nos parlamentos, clubes políticos, salões literários, assembleias públicas, cafés e bares, e em outros espaços onde havia lugar para a discussão sociopolítica. Pela primeira vez na história, indivíduos podiam formar a opinião pública, dando expressão direta às suas necessidades e interesses enquanto influenciavam a prática política. (DUPAS, 2003. p. 30)

Com a formação do Estado Nação, já no século XIX, inicia-se a associação entre o conceito de público e o Estado. O espaço público passa a ser pensado como o espaço de representação política, onde se dá a interação entre o governante e a sociedade.

Durante o século XX, os interesses privados – em especial das grandes corporações – começam a assumir funções políticas nas mídias e no Estado. O

¹ “Período do pensamento europeu caracterizado pela ênfase na experiência e na razão, pela desconfiança em relação à religião e às autoridades tradicionais, e pela emergência gradual do ideal das sociedades liberais, seculares e democráticas. [...] O Iluminismo está associado a uma concepção materialista dos seres humanos, a um otimismo quanto a seu progresso por meio da educação e a uma perspectiva em geral utilitarista da sociedade e da ética”. (BLACKBURN, 1997. p. 196)

mercado transforma radicalmente a noção de esfera pública. Com a evolução do capitalismo, a esfera pública passa a ser “colonizada” pelo consumo.

A crise de 1929 e a deflagração da II Guerra no final dos anos 30 abrem espaço para discussões teóricas sobre o papel do Estado nas economias capitalistas. Nesse cenário de incertezas econômicas, ganha espaço uma nova concepção teórica de Estado a partir das idéias intervencionistas do economista inglês John Maynard Keynes. Segundo os princípios keynesianos, seria possível reverter a tendência histórica do capitalismo de ciclos de expansão e depressão através da criação de medidas que assegurassem o consumo da massa assalariada mantendo, assim, a produção. O Estado keynesiano, que se consolida no período pós-guerra, impõe modificações na estrutura econômica, abrindo espaço para novas relações entre o Estado e a Sociedade. O Estado passa a ter acentuada participação na promoção de benefícios sociais – moradia, educação, saúde, previdência social e seguro desemprego. As idéias de Keynes foram precursoras da criação do Estado de Bem-estar Social, o *Welfare State*, que tem sua concepção teórica assentada num modelo de crescimento econômico do pleno emprego e da distribuição de renda.

A fase de crescimento e estabilidade nos países centrais – que tornou propício o desenvolvimento do *Welfare State* - prossegue até início dos anos 70, quando ocorre uma grande crise financeira internacional. O padrão keynesiano de desenvolvimento começa a dar sinais claros de esgotamento. O setor público apresenta-se em *déficit* financeiro, fazendo com que os gastos sociais passassem a ter um peso cada vez maior nas despesas orçamentárias. Começa a ganhar corpo o discurso neoliberal, atribuindo a crise à ação intervencionista do Estado. O Estado de Bem-estar Social passa a ser alvo de duras críticas, abrindo espaço para os defensores do Estado Mínimo – mínimo no que diz respeito à defesa dos interesses coletivos, mas fortemente atuante em defesa dos interesses do mercado.

A redução das dimensões do Estado e a precarização das relações de trabalho geraram uma sucessão de crises que se instalaram principalmente nos países periféricos, agravando a exclusão social em grande parte do mundo. O desemprego se espalha e os Estados nacionais - especialmente os que possuem uma estrutura de *Welfare State* – são chamados a garantir a sobrevivência daqueles que estão sendo expulsos do mercado de trabalho formal. A revolução nas tecnologias da informação e

comunicação tornou o quadro ainda mais confuso, elevando as aspirações de consumo de grande parte da população, inclusive dos excluídos.

Os países da periferia do capitalismo se mostram perplexos diante do nível de violência que se instalou em suas sociedades, que parece ter como causas principais as tensões geradas pela crescente concentração de renda e a exclusão das massas populacionais urbanas.

Os Estados nacionais, subordinados a metas monetárias rígidas, vivenciam uma crise e têm pouca flexibilidade para voltar a assumir os antigos princípios keynesianos. Nos países mais pobres, em especial, os governos não têm orçamento para garantir a sobrevivência da grande massa de excluídos. As teorias neoliberais dos anos 80 enunciam o Estado como ineficaz para definir ações públicas e defendem a idéia de que os mercados livres e a competição bastariam para criar um padrão mundial de empregos e de *welfare* privado. Pressionados pelos orçamentos restritos, os Estados nacionais tornam-se cada vez mais incapazes de lidar com o aumento da exclusão e do desemprego. Além disso, a classe política e os partidos foram perdendo credibilidade como mediadores das demandas sociais.

Em função desse quadro, a sociedade civil começa a ocupar os vazios deixados pelo Estado, incorporando à vida pública

[...] uma infinidade de associações civis autônomas e uma visão midiática para as atividades sociais, econômicas e políticas de grupos particulares, mas que passaram a reivindicar o caráter público de seus interesses, exigindo reconhecimento, regulação e salvaguardas das suas instituições. Essa nova sociedade civil constitui uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos – vários deles associados a empresas – que tentam mobilizar a opinião pública para ventilar e problematizar questões específicas apresentadas como de “interesse geral”. (DUPAS, 2003. p. 74)

Diferente das esferas do Estado e da economia, essa sociedade civil deseja a reorganização teórica e prática do espaço público e da ação social. Esses atores estabelecem mudanças substanciais na cultura política, defendendo um novo padrão de ação coletiva. O ativismo político pela justiça social começa a se transformar em ativismo voltado à solidariedade social. Aos poucos, a demanda por responsabilidade social passou a se transferir para esse ativismo social e voluntário da população – por alguns chamado terceiro setor - não governamental e não lucrativo – organizado,

independente e que movimenta, nas pessoas, a dimensão voluntária de seu comportamento.

Examinando as dinâmicas sociais, Marcel Mauss, antropólogo francês, defende, no famoso **Ensaio sobre a Dádiva**, o entendimento de que a vida social é constituída por um constante dar e receber. Para Mauss, a dádiva tem um sentido amplo, e envolve não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas e até mesmo os tributos. Chama a atenção para o fato de que, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas se organizam de modo particular em cada caso.

Mauss caracterizou, a partir de relatos etnográficos de sociedades tribais na América do Norte e Polinésia, um gênero de troca presente nos vínculos de dependência mútua que existem entre as pessoas e entre os grupos: uma troca que expressa obrigações recíprocas, significando relações de “reciprocidade” (FERNANDES, 2002, p.115) Deste modo, o autor desenvolveu sua teoria sobre a dádiva observando que as relações não se realizam apenas pela obrigação de retribuir os presentes recebidos - supõem, também, duas outras obrigações - a de dá-los sem esperar devolução, criando o princípio da incerteza, e a de recebê-los, para honrar a dádiva de quem deu, criando, dessa forma, o vínculo.

Dar, receber e retribuir representam, portanto, formas simples de comunicação e fazem parte das relações que constituem a vida na sociedade. Como a dádiva se manifesta, hoje, dentro dos sistemas de mercado e na esfera pública? Afinal, a mercadoria nunca pretendeu ser parceira da dádiva – a ideologia mercantil proclama inclusive a possibilidade de rompimento de uma relação, ou seja, do vínculo, quando o bem que se adquire não é satisfatório. O Estado, por sua vez, não nega o altruísmo, como o mercado – ele permite que uma proporção significativa de serviços seja distribuída entre os membros de uma sociedade em nome da solidariedade.

Muitos serviços que usavam anteriormente os circuitos das redes de caridade ou dos vínculos pessoais entre pessoas próximas são atualmente acessíveis através do Estado e de seu aparelho de distribuição. (GODBOUT, 1999, p. 66)

Em nome da solidariedade, ou seja, da manutenção do vínculo, do laço social indispensável inclusive para sua própria continuidade como representante de pessoas

que se sentem uma comunidade e de quem recebeu delegação para organizá-las, o Estado reparte, organiza e distribui entre os membros da sociedade. O desenvolvimento do Estado previdenciário, que reduz injustiças, foi visto muitas vezes como substituto da dádiva. Hoje, muitos serviços que anteriormente se serviam das redes de caridade são acessíveis através do Estado e de sua rede de distribuição. Entretanto, a dádiva moderna não apresenta limites claros. Num extremo, ela aparece no Estado e no outro, alcança as relações pessoais e a esfera doméstica.

A dádiva possui uma tripla relação entre dar, receber e retribuir, que foge aos interesses contratuais e às obrigações legais. Nesse sentido, as associações civis voluntárias e sem fins lucrativos podem trazer em suas características a dádiva como lógica organizativa, ou seja, é aí que a dádiva pode se espriar totalmente.

A iniciativa civil não é um fenômeno novo. Conforme lembra Rubem César Fernandes (2002, p. 16), a reforma protestante proclamou a tese do “sacerdócio universal” no século 16, abrindo as hierarquias sagradas à participação dos fiéis. Desde então, a atividade associativa vem se expandindo em número e formas.

É possível percebermos, em várias práticas associativas, lutas e reivindicações em favor de mudanças sociais para o bem comum. Tais ações confirmam essa lógica na medida em que conquistar algo para o coletivo pode contribuir para fortalecer o vínculo entre as pessoas, fortalecendo, assim, a própria sociedade. É esse vínculo que estimula e dá continuidade ao ciclo dar-receber-retribuir. O paradigma da dádiva restitui aspectos tais como os sentidos dos símbolos, da aliança, da associação e do político. Nas palavras de Godbout:

[...] para além dos valores de uso e de troca daquilo que circula, a dádiva parece veicular um terceiro tipo de valor que se poderia chamar valor do vínculo, que exprime a intensidade da relação entre os parceiros do Dom. E esse valor é diretamente proporcional ao grau de liberdade do gesto do doador conforme percebido pelo donatário. (GODBOUT, 1999, p. 7)

No cenário político mundial das três últimas décadas, surgiram novos atores envolvidos em movimentos sociais, ações coletivas e organizações da sociedade civil.

A chamada “vida associativa” constitui um campo extremamente rico e variado. É um mundo colorido, em movimento, freqüentemente discreto, conquanto venha se tornando cada vez mais visível nos últimos anos. É um mundo de mulheres, embora nele haja cada vez

mais homens. Segundo todos os indicadores, sua importância é cada vez maior. [...] Esse universo costuma estar próximo do espírito da dádiva, visto que o surgimento das associações é um ato livre e que seus membros não objetivam lucros. (GODBOUT, 1999, p. 81)

4.1 O TERCEIRO SETOR

A atividade associativa ganha impulso nos anos 70 e se intensifica nos anos 80, fazendo surgir uma nova forma institucional – o terceiro setor – que provoca mudanças nos modos de agir e pensar e transforma as relações entre Estado e mercado. A possibilidade de um terceiro “personagem” rompe a dicotomia entre interesses particulares e coletivos, recuperando a dinâmica de uma vida pública que se dá entre três pólos que não se sobrepõem e que, a um só tempo, se confrontam e se atraem. Isso enriquece e complexifica a dinâmica social. Rubem César Fernandes (2002, p. 21) reúne, esquematicamente, quatro possíveis combinações da conjunção entre “público” e “privado”, afirmando que só uma pode ser idealmente concebida como terceiro setor:

| <i>AGENTES / FINS</i> | <i>SETOR</i> |
|-------------------------------------|----------------|
| Agentes privados para fins privados | Mercado |
| Agentes públicos para fins públicos | Estado |
| Agentes privados para fins públicos | Terceiro Setor |
| Agentes públicos para fins privados | [Corrupção] |

Fonte: FERNANDES, 2002, p. 21

O conceito de terceiro setor, assim, “denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (FERNANDES, 2002, p. 21). É um conceito amplo e dá relevo às inúmeras ações de indivíduos, grupos e instituições que têm como objetivo prover necessidades coletivas, dando continuidade às tradicionais práticas de caridade, mas ampliando seu sentido ao incorporarem o conceito de cidadania e de suas várias manifestações na sociedade. A “vida pública”, desse modo, não se constitui apenas de atos do governo, mas também da atividade cidadã.

No Brasil, os principais termos utilizados para caracterizar as instituições sem fins lucrativos são: sociedade civil sem fins lucrativos; associações; entidades

filantrópicas, beneficentes ou de caridade; fundações e organizações não-governamentais.

A expressão “sociedade civil sem fins lucrativos” é um termo bastante genérico e vem, há pouco tempo, ganhando maior reconhecimento público. O Código Civil Brasileiro (Lei nº 3 107, de 1/1/1916) reconhece formalmente essas organizações enquanto pessoas jurídicas de direito privado.

As associações são organizações baseadas em um contrato estabelecido livremente entre indivíduos para exercer atividades comuns ou defender interesses comuns. São, em sua essência, organizações voltadas para seus membros e reúnem várias formas organizativas e iniciativas sociais – desde clubes recreativos e esportivos a sindicatos.

Entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridade correspondem a organizações voltadas para servir a um público externo. Agregam um amplo e diversificado mundo de assistência social e são reconhecidas como aquelas que atuam, predominantemente, no atendimento à saúde e à educação. Na terminologia do terceiro setor, filantrópicas são as instituições que têm o certificado de beneficência emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

As fundações fazem parte de uma categoria fundamentalmente jurídica, de direito privado e sem fins lucrativos. No direito brasileiro, existe diferença entre fundações públicas e privadas. Fundações privadas nascem de uma doação – de um ato de doação de um instituidor que destina um patrimônio e o vincula à execução de determinado fim. Constituída a fundação, é necessário que o instituidor lhe defina um estatuto, suas regras de funcionamento e determine um grupo que se tornará responsável em gerir esse patrimônio segundo seus objetivos. Nesse momento, o doador perde o controle do patrimônio – que passa a ser considerado como de toda a sociedade civil. As fundações públicas seriam as instituídas por lei, pelo setor público, e gozam de limitações e privilégios legais próprios.

Já organização não-governamental (ONG) é, na verdade,

[...] uma expressão que admite muitas interpretações. De um lado, a definição textual (ou seja, aquilo que não é do governo ou vinculada a

ele) é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal.

Do ponto de vista jurídico, o termo ONG não se aplica. Nossa legislação prevê apenas 2 (dois) formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos; portanto, toda organização sem fins lucrativos da sociedade civil é uma associação civil ou uma fundação privada. Ou seja, toda ONG é uma organização privada não-lucrativa.²

As ONGs resumem, em suas características, a idéia do “privado com funções públicas” – pois, apesar de não serem governamentais, têm propósitos com características de serviço público. Segundo Herbert de Souza, o Betinho³,

[...] uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. [...] As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham.⁴

4.1.1 AS ONGS NA AMÉRICA LATINA

São muitos os desafios globais no mundo atual. A destruição do meio ambiente, a desigualdade cada vez maior, a exclusão de muitos. Existem ONGs internacionais que se concentram nessas prioridades, tentando chamar a atenção para os problemas que todos têm em comum.

Em 2000, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2002 da ONU⁵, havia mais de 37 mil ONGs internacionais registradas, das quais aproximadamente um quinto formado nos anos 90. Afirma, ainda, que a Índia tinha, em 1996, mais de um milhão de organizações sem fins lucrativos e o Brasil tinha 210 mil. Um dado

² Cf. consta no *site* oficial da Abong – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. Disponível em <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em 03/04/2004.

³ Herbert José de Souza, Betinho, sempre assumiu lutas de transformação social. Militou nos movimentos estudantis nos anos 60, participou dos pioneiros impulsos de renovação do cristianismo, liderou as campanhas contra a fome e pela reforma agrária, lutou contra os regimes militares latino-americanos, viveu o exílio, a anistia conquistada e a contaminação pelo vírus da aids. Betinho sempre abriu caminhos contra as diversas formas de medo e autoritarismo.

⁴ Disponível no *site* oficial da ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em 03/04/2004.

⁵ Disponível em <<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002/Balan%C3%A7o%20do%20desenvolvimento%20humano.pdf>>. Acesso em 04/04/2004.

importante é que o fluxo de recursos através das ONGs internacionais aumentou também substancialmente, crescendo mais de sete vezes nas últimas três décadas. Este fato sinaliza, segundo o Relatório, que está surgindo uma nova política mundial com potencial para desencadear mudanças e inovações, pois uma característica desses novos movimentos é a pressão que eles exercem sobre políticos e organizações dos países industrializados para responderem às necessidades dos países em desenvolvimento.

TABELA 8 - CRESCIMENTO DAS ONGs INTERNACIONAIS

| <i>OBJETIVO</i> | <i>1990</i> | <i>2000</i> | <i>CRESCIMENTO (%)</i> |
|--|---------------|---------------|------------------------|
| Cultura e Recreação | 2 169 | 2 733 | 26 |
| Educação | 1 485 | 1 839 | 23,8 |
| Investigação | 7 675 | 8 467 | 10,3 |
| Saúde | 1 357 | 2 036 | 50 |
| Serviços Sociais | 2 361 | 4 215 | 78,5 |
| Ambiente | 979 | 1 170 | 19,5 |
| Desenvolvimento Econômico, infra-estrutura | 9 582 | 9 614 | 0,3 |
| Lei, políticas e apoio jurídico | 2 712 | 3 864 | 42,5 |
| Religião | 1 407 | 1 869 | 32,8 |
| Defesa | 244 | 234 | -4,1 |
| Política | 1 275 | 1 240 | -2,7 |
| TOTAL | 31 246 | 37 281 | 19,3 |

Fonte: Relatório Desenvolvimento Humano - 2002

Ao se tentar traçar um esboço de caracterização das ONGs na América Latina, esbarra-se com a precariedade de informações existentes. Para obter um perfil genérico, Rubem César Fernandes recorreu a fontes originais, embora insuficientes e, sobre esse delineamento, adverte que:

Trata-se de diretórios de ONGs, cuja extensão depende a cada caso dos propósitos e das capacidades dos seus editores, bem como do nível de visibilidade das entidades a serem arroladas. Reunindo as informações contidas nos vários diretórios, não podemos esperar senão um resultado genérico bastante imperfeito. (FERNANDES, 2002. p. 68)

Os diretórios a que se refere Rubem César foram, em sua maioria, produzidos por ONGs locais e somam 32, referidos a 24 países da América Latina e Caribe. Alguns oferecem descrições sumárias das organizações listadas e outros só seu nome e endereço. A maioria menciona apenas as ONGs, outros incluem também, nos registros, organizações filantrópicas. O perfil geral resultante expressa as tendências mais visíveis.

TABELA 9. ONGs POR PAÍS NA AMÉRICA LATINA (segundo registro de 32 diretórios⁶)

| PAÍS | ONGs | OUTRAS | PAÍS | ONGs | OUTRAS |
|--|------|--------|---------------|------|--------|
| Argentina | 116 | - | Jamaica | 23 | - |
| Chile | 345 | 10 | Panamá | 39 | - |
| Rep. Dominicana | 149 | - | Santa Lúcia | 17 | - |
| El Salvador | 68 | 2 | Uruguai | 127 | - |
| Honduras | 250 | - | Brasil | 1010 | - |
| Nicarágua | 20 | - | Costa Rica | 73 | - |
| Peru | 401 | - | Equador | 30 | - |
| Trinidad | 36 | 292 | Haiti | 74 | - |
| Bolívia | 365 | 20 | México | 212 | 608 |
| Colômbia | 594 | 4842 | Paraguai | 70 | 5 |
| Leste do Caribe | 55 | - | St. Vicent | 26 | - |
| Guatemala | 194 | 81 | Outros países | 33 | - |
| Total de ONGs - 4327 Total de outras organizações - 5860 | | | | | |

Fonte: *Coleção de Diretórios apud FERNANDES, 2003, p. 70*

O número total de ONGs existentes é, certamente, bem maior do que os diretórios puderam apresentar. Segundo a Secretaria da Receita Federal existiam no Brasil, em 1995, 220 mil organizações sem fins lucrativos. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) esse número era, em 1995, de 250 mil.

São incontáveis os prestadores de serviços que compõem a sociabilidade cotidiana. Tentando sintetizar, podemos dizer que o terceiro setor, complexo e heterogêneo, indica um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público e é constituído de instâncias formais e informais. As formas tradicionais de ajuda mútua; os movimentos sociais e associações civis; as ONGs e a filantropia empresarial são os quatro segmentos principais a serem diferenciados.

4.1.2 AS ONGs NO BRASIL

Durante os anos 70 e 80, as ONGs firmaram-se, no Brasil, como postos a serviço das associações comunitárias e movimentos sociais, construindo uma mediação entre os organismos de base e o mundo da política. Para Silvio Caccia Bava, sociólogo e diretor do Instituto Polis⁷, esse trabalho de mediação tem dois sentidos

⁶ A Fundação Interamericana reuniu diretórios de ONGs de vários países da América Latina e publicou um Guia de ONGs na região. Os dados se referem a relatórios dos diretórios dos vários países da América Latina em datas que variam de 1986 a 1992.

⁷ O Instituto Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais é uma organização não-governamental de atuação nacional, constituída como sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilidade pública. Fundado em 1987, a cidade e a atuação no campo das políticas públicas e do desenvolvimento local definem sua identidade. Seu objetivo é a melhoria da qualidade de vida, o

fundamentais: o primeiro é o de politizar o social, ou seja, reconhecer as necessidades dos moradores das regiões onde atuam como demandas que só podem ser respondidas por políticas públicas. O segundo ponto essencial é a socialização da política, isto é, buscar tornar um indivíduo cidadão, ativo na construção de seus direitos, capaz de se reunir em grupo e pleitear a transformação das políticas públicas.

No Brasil, a noção de cidadania evoluiu a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco 92, no Rio de Janeiro. Foi nesse momento que o termo ONG começou a aparecer nos noticiários e a fazer parte do vocabulário das pessoas. A campanha Natal sem Fome, desencadeada em dezembro de 92 e liderada por Betinho procurou mobilizar todos os estratos da sociedade para o enfrentamento de problemas gerados pela desigualdade social. A sociedade brasileira, que havia acabado de sair da luta contra a ditadura, passou a ter a percepção de que

[...] todos os grupos sociais, inclusive os mais ricos, são afetados pela pobreza extrema e pela violência, fatores que diminuem as chances de desenvolvimento econômico e denigrem a imagem da cidade e do país, fatores centrais para atrair capitais num mundo globalizado. (SORJ, 2003. p. 104)

Para descaracterizar o sentido político dessas entidades, o Banco Mundial criou o termo “organização não governamental”, e as ONGs passaram a se definir pelo que não são em vez de serem identificadas pelo que fazem. Por outro lado, sua designação negativa – não governamental – revela um cunho de independência e ocupação do espaço público por quem não é do governo. No direito brasileiro não há designação de ONG, não há uma espécie de sociedade chamada ONG. O que existe é um reconhecimento supralegal, de caráter cultural, político e sociológico que está em vigor mundo afora.

As ONGs passaram a ocupar um novo espaço público e suas ações têm beneficiado, segundo estimativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud, cerca de 250 milhões de pobres nos países em

desenvolvimento, inaugurando um novo padrão de comportamento coletivo vinculado a critérios territoriais e temáticos.

4.1.3 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Como até recentemente a legislação brasileira não fazia distinção entre as diferentes organizações genericamente incluídas no terceiro setor, todas eram abrigadas sob o mesmo estatuto jurídico, embora podendo assumir diferentes formatos legais. Este fato gerava uma série de distorções e barreiras ao crescimento das instituições que efetivamente tinham finalidade e ação pública, sem fins lucrativos. Assim, a partir de 1996, ganham veemência os debates e a movimentação da sociedade civil organizada, liderados pelo Conselho do Comunidade Solidária, culminando com a aprovação de uma nova regulação para o setor – a Lei 9 790, de 23 de março de 1999.

Essa Lei introduziu importantes alterações, dentre as quais destacam-se os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público. Com o objetivo de qualificar juridicamente as organizações do terceiro setor, a nova lei criou a figura da “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP), qualificação que tem por fim diferenciar, no universo do terceiro setor, as organizações que efetivamente têm finalidade pública. Desse modo, a qualificação de OSCIP acolhe e reconhece legalmente as organizações da sociedade civil cuja atuação se dá no espaço público não estatal. A OSCIP é admitida como tal por ato do Governo Federal emitido pelo Ministério da Justiça.

Podem ser qualificadas como OSCIP as organizações que realizam assistência social, atividades culturais, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, educação e saúde gratuita, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do voluntariado, dentre outras⁸. Dessa maneira, admitindo a existência de entidades de direito privado com objetivo público, foram excluídas da qualificação de OSCIP, conforme o artigo 2º da Lei 9 790, as sociedades comerciais; os sindicatos; as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões

⁸ Conforme consta no *site* do BNDES. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/tsetor.pdf>>. Acesso em 30/09/2003.

devocionais e confessionais; as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; as Organizações Sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional.

As OSCIPs são uma opção institucional. Em geral, o poder público se sente muito à vontade para se relacionar com esse tipo de instituição, podendo celebrar com elas termos de parcerias – alternativa interessante aos convênios, visto que têm maior agilidade em prestar contas.

Hoje, passados cinco anos de promulgação da lei, 2527 organizações solicitaram ao Ministério da Justiça a qualificação de OSCIP. Por não atenderem às exigências estatutárias ou apresentarem objetivos em desacordo com a legislação, apenas 1563 tiveram seus pedidos deferidos⁹.

Criou-se, desta forma, um circuito não-governamental de cooperação que tem sido capaz de articular iniciativas tomadas nos mais diversos planos da sociedade civil. A conexão improvável entre microprojetos locais e campanhas de escala internacional demonstrou-se perfeitamente realizável. (...) A palavra-chave deste novo processo foi importada do campo da informática – reúnem-se através de “redes” que combinam a autonomia de cada ponto no sistema com um intenso fluxo de informações. (FERNANDES, 2002. p. 129)

Rede vem do latim *retis*, significando entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. Ao longo do tempo, a palavra “rede” foi ganhando novos significados e passou a ser empregada em diferentes situações.

No século XX, a metáfora dominante para caracterizar a sociedade era a de uma estrutura em forma de pirâmide. Nessa perspectiva, a sociedade era uma organização em que no topo estariam situados os mais ricos e poderosos e na base os trabalhadores. Numa estrutura em pirâmide, as pessoas ou entidades se organizam

⁹ Informações atualizadas até abril de 2004, obtidas no site oficial do Ministério da Justiça. Disponível em <<http://www.mj.gov.br/snj/oscip.htm>> . Acesso em 09/04/2004

em níveis hierárquicos e a comunicação entre esses níveis se faz através dos níveis intermediários àqueles que se comunicam.

Uma estrutura em rede pressupõe que seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os outros diretamente ou através dos que os cercam, formando uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente sem que nenhum de seus nós seja considerado central nem representante dos demais. Uma estrutura em rede representa uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.

A metáfora da rede, em vez de nos levar a considerar um corte radical entre o presente e o passado, nos permite retornar ao passado e enxergar como as redes sempre foram centrais na sociedade humana. De fato, a importância da comunicação e da informação era fundamental na reflexão sobre o capitalismo desde os seus primórdios, e já ocupava um lugar importante na obra de Adam Smith. Não só o mercado, mas também a democracia tem todas as características de uma rede, em que a participação e a circulação de informação é central para seu funcionamento. (SORJ, 2003. p. 55)

Existe, hoje, uma grande quantidade de ações em rede. A Internet é uma ferramenta capaz de criar e reforçar redes humanas. Para que as organizações sociais possam divulgar suas idéias a um universo sempre mais amplo de interlocutores, precisam contar com os meios adequados para a propagação de fluxos de informação e comunicação institucional.

4.2 UM OLHAR CONCLUSIVO

As tecnologias da comunicação e informação têm sido usadas, cada vez mais freqüentemente, para dar maior transparência e agilidade à gestão pública. Até mesmo em países com baixa conectividade, como o Brasil, começam a ser implantados os governos eletrônicos¹⁰. A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, determina que o poder público dê transparência à gestão do dinheiro público e à execução orçamentária. Nesse sentido, a divulgação das informações por meio eletrônico foi considerada, por esta lei, como um instrumento desejável para cumprimento da norma legal, pois publicar informações pela Internet é mais rápido e

¹⁰ Diz respeito ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação na prestação de serviços e informações ao cidadão.

barato. Além disso, a possibilidade de interagir com a sociedade é bem maior do que em qualquer outro veículo de comunicação.

Todas essas vantagens têm levado os serviços públicos também para o ciberespaço, onde é possível acessá-los dia e noite. Contraditoriamente, esses esforços para garantir um serviço público mais completo e veloz podem estar contribuindo para aumentar a desigualdade social, visto que atendem somente à parcela conectada da sociedade. Para que os governos eletrônicos não se tornem reprodutores dos privilégios, é necessário e urgente que se busque a inserção das camadas excluídas da população na sociedade em rede. As propostas de informatização do Estado devem, portanto, caminhar paralelamente às políticas de inclusão digital.

A atual revolução tecnológica aumentou a capacidade de se produzir, armazenar e processar informações, ou seja, ampliou o potencial do pensamento humano. Assim como o uso intensivo da energia elétrica redesenhou as cidades e a vida de seus habitantes, a ponto de ser para nós inimaginável viver “sem luz”, as redes de informação e comunicação reconstruirão a sociabilidade urbana. As cidades precisam conduzir estas mudanças para que atuem como fatores de redução das mazelas sociais, e não o contrário. (SILVEIRA, 2001, p. 42)

Uma das questões mais relevantes quando se fala em inclusão digital é determinar qual é o papel do Estado, do mercado e do terceiro setor. É papel do Estado – em suas três esferas do governo – articular e implementar projetos de inclusão digital que ampliem a cidadania a partir do uso das tecnologias da comunicação e informação, tornando o acesso à rede mundial de computadores um direito básico. As experiências implementadas pelo poder público no Brasil têm mostrado que é importante articular decisões para não dispersar recursos. Para isto, é necessário o envolvimento democrático das várias esferas governamentais. “O município é a unidade fundamental do poder público para a inclusão digital”, afirma Silveira (2003, p. 31), e deve ser ouvido, pois a garantia do sucesso dos programas de inclusão depende do convencimento do poder local.

Como o gasto maior dos programas de inclusão digital está ligado ao custeio de seu cotidiano, sem recursos públicos dificilmente haverá a inclusão maciça das camadas desfavorecidas na sociedade da informação. A idéia de transformar as ações

a favor da inclusão digital em política pública confirma quatro pressupostos, conforme aponta Silveira (2003):

- a) O reconhecimento de que a exclusão digital é fator de congelamento da condição de miséria;
- b) A certeza de que o mercado não irá incluir na sociedade da informação os estratos mais pobres da sociedade;
- c) O reconhecimento de que a velocidade da inclusão é decisiva para que todos possam se apropriar da riqueza socialmente produzida e, inclusive, adquirir capacidade de gerar inovações;
- d) A aceitação de que o direito à comunicação em rede é, hoje, o direito à cidadania.

As políticas de inclusão digital devem, portanto, ser um componente das políticas públicas e devem ser resultado de parcerias firmadas entre ONGs, empresas e governo.

As ONGs têm muito a contribuir na execução das políticas de combate à exclusão digital, visto que muitas têm experiências relevantes além de uma estrutura mais leve e ágil que o Estado. Assim, ao incorporar as entidades locais e organizações do terceiro setor em sua política de inclusão digital, o Estado pode alcançar seus objetivos mais rapidamente.

As forças do mercado podem ser parceiras importantes do poder público, investindo recursos na montagem e manutenção de soluções para as iniciativas de inclusão digital.

Assim, as ONGs e as empresas ocupam um lugar importante na execução de políticas de inclusão digital. No entanto, isso não deve se traduzir na isenção de responsabilidades pelo Estado. Ao contrário, o sucesso dessas políticas depende da capacidade de ação do Estado de aproveitar o impulso do mercado e da criatividade das experiências-piloto das ONGs. O modelo básico que dá suporte à sociedade da informação tem sido o compartilhamento das responsabilidades entre governo, organizações privadas e sociedade civil - esse pode ser o caminho para garantir a inserção dos setores mais pobres da população na sociedade do conhecimento.

O Brasil continua sem uma estratégia nacional de inclusão digital que de algum modo associe entidades civis, governos, empresas e a comunidade de pesquisa em um esforço comum para mudar o quadro de desigualdade de acesso aos recursos de informação e comunicação.

Até agora, o projeto mais significativo no Brasil tem sido o programa de telecentros comunitários promovido pela Prefeitura de São Paulo. São 107 telecentros atendendo mais de 300 mil pessoas, nas áreas de maior pobreza do município. A prefeitura aporta recursos para a instalação e manutenção da infra-estrutura - incluindo a conexão - e cobre os custos de pessoal - instrutores, operadores, pessoal auxiliar. Os telecentros utilizam exclusivamente *software* livre em uma configuração básica de 20 máquinas por telecentro, com espaço ainda para cursos e reuniões comunitárias.

Os telecentros são gerenciados por pessoas da própria comunidade, buscando priorizar suas necessidades. É importante chamar a atenção para o fato de que, como não há uma proteção legal que garanta a continuidade dos recursos e que torne o projeto imune a mudanças de governo, não se pode, ainda, considerá-lo um êxito em longo prazo. Há também um projeto similar em Porto Alegre, atualmente com 20 telecentros.

O governo federal começa a mobilizar esforços nessa direção – um exemplo é a criação do Comitê Técnico para a Inclusão Digital, que envolve representantes de vários ministérios sob a coordenação da Secretaria de Logística de Tecnologia de Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento.

Não existem modelos universais, e sim experiências adequadas a cada situação. Na Aldeia, o uso e a apropriação do telecentro têm fortalecido a auto-estima e a confiança da comunidade. A formulação de políticas públicas de inclusão digital não é um processo linear nem está unicamente em mãos do Estado. Apesar de ser um espaço de conflito e negociação permanente, oferece uma oportunidade ímpar para estreitar os vínculos entre organizações da sociedade civil, empresas e poder público.

No Brasil, as parcerias entre setor público e organizações da sociedade civil têm sido bem sucedidas na luta contra a exclusão digital. O Estado entra, na esfera deste trabalho, encarnado na esfera municipal, através de iniciativas com o Navegar é

Preciso - que tem caráter redistributivo. Já a sociedade civil organizada, incorporando o conceito de dádiva ou associativismo, implementou, através da ONG Cidade 21, o Projeto Informática Cidadã.

Pode-se dizer que a parceria inaugurada na comunidade da Aldeia entre o poder público municipal e a Cidade 21, embora em curso, e apesar dos muitos obstáculos iniciais, vem apresentando resultados significativos, que se expressam no dia-a-dia da comunidade e comprovam que o acesso à informação e ao conhecimento é indispensável para a construção de uma sociedade da informação inclusiva.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. Carlos. *Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?* São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper nº 26, setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.fes.org.br>>. Acesso em 17/02/2003.

ASSUMPÇÃO, Rodrigo. Telecentros comunitários: peça chave da inclusão digital – a experiência do sampa.org. In: *Software Livre e Inclusão Digital*. São Paulo. Conrad Editora do Brasil. 2003. 339 p.

BAUDRILLARD, Jean. Internet rumo para seu fim. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 de fevereiro de 1998. Caderno Especial, p. Especial - 12 2/8398.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 437 p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

_____. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 243 p.

CAVALCANTI, Marcos. *Conhecimento e Desigualdade*. Disponível em <<http://www.iets.org.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=4&textCode=1417>>. Acesso em 08/02/2004.

CRUZ, Renato. *O que as empresas podem fazer pela inclusão digital*. São Paulo: Instituto Ethos. 2004. 110 p.

DIMANTAS, Hernani. Parangolé Brasil. In: *Software Livre e Inclusão Digital*. São Paulo. Conrad Editora do Brasil. 2003. 339 p.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra. 2003. 145 p.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. 156 p.

GATES, Bill. *A estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 341 p.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 177 p.

GIL, Gilberto. "Pela Internet". *Quanta* [CD]. Warner Music Brasil. 1997.

_____. "Parabolicamará". *Unplugged* [CD]. Warner Music Brasil. 1994.

GLOBAL REACH. "Global Internet Statistics". Disponível em: <<http://www.greach.com/globstats>>. Acesso em 15/03/2002.

GODBOUT, Jacques T. *O Espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1979. 272 p.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 398 p.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 349 p.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. 260 p.

_____. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34. 1993.

LIMA, Paulo. Desafios para a inclusão digital o Terceiro Setor. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. CASSINO, João. *Software Livre e Inclusão Digital*. São Paulo. Conrad Editora do Brasil. 2003. 339 p.

LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002. 316 p.

MAUSS, Marcel. Da dádiva e, em particular, da obrigação de retribuir os presentes. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974. 544 p.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. 231p.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). *Mapa da Exclusão Digital*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS. 2003. Disponível em <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/apresentacao.htm>. Acesso em 12/05/2003.

PESSANHA, Roberto Moraes. Boletim Técnico 05/2001. Favelas / Comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes. Observatório Socioeconômico do Norte Fluminense. Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense. Ref: Agosto/ 2001.

RIBEIRO, José Carlos Santos. Um breve olhar sobre a sociabilidade do ciberespaço. In: LEMOS, André. PALACIOS, Marcos. *As janelas do ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001. 280 p.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record. 2003. 174 p.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Brasiliense, 1995. 157 p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão Digital: A miséria na era da informação*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 46 p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. CASSINO, João (orgs). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003. 339 p.

SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. Brasília: UNESCO, 2003. 176 p.

TAKAHASHI, Tadao (org.). *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde*. Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2000.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 5 ed. 2002. 261p.

VALOIS, Djalma. Copyleft. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. CASSINO, João. *Software Livre e Inclusão Digital*. São Paulo. Conrad Editora do Brasil. 2003. 339 p.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1993. 119 p.

_____. *A Bomba Informática*. São Paulo: Estação Liberdade. 1999. 142 p.

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca da **UCAM - CAMPOS** 011/2004

Gomes, Margarida Maria Mussa Tavares.

Inclusão digital em Campos: um olhar sobre a informática cidadã e o Navegar é Preciso / Margarida Maria Mussa Tavares Gomes. – 2004.
115 f. :il.

Orientador(a): Patrícia Silveira de Farias.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Candido Mendes - Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2004.

Bibliografia: f. 98 – 100.

1. Inclusão digital 2. Sociedade da informação 3. Internet 4. Recursos tecnológicos 5. Inovações tecnológicas I. Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU – 004.738.5